Hypermarcas S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS em 31 de dezembro de 2012

Índice

votas explicativas da administração as demonstrações infanceiras	4
1 Informações gerais	2
2 Resumo das principais políticas contábeis	5
2.1 Base de preparação	Ę
2.2 Consolidação	8
2.3 Apresentação de informação por segmentos	Ģ
2.4 Conversão de moeda estrangeira	Ģ
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	10
2.6 Ativos financeiros	10
2.6.1 Classificação	10
2.6.2 Reconhecimento e mensuração	10
2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros	11
2.6.4 Impairment de ativos financeiros	11
2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i>	11
2.8 Contas a receber de clientes	12
2.9 Estoques	12
2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda	12
2.11 Ativos intangíveis	12
2.12 Imobilizado	13
2.13 Impairment de ativos não financeiros	14
2.14 Contas a pagar aos fornecedores	14
2.15 Empréstimos e financiamentos, notas promissórias e debêntures	14
2.16 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos	15
2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15
2.18 Benefícios a empregados	16
2.19 Capital social	16
2.20 Reconhecimento da receita	16
2.21 Arrendamentos	17
2.22 Lucro por ação	17
2.23 Distribuição de dividendos	17
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	17
3.1 Julgamentos contábeis críticos	18
3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas	18
4 Gestão do risco financeiro	19
4.1 Fatores de risco financeiro	19
5 Gestão de capital	24
6 Estimativa do valor justo	25
7 Instrumentos financeiros por categoria	26
8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros	27
9 Caixa e equivalentes de caixa	28
10 Contas a receber	29
11 Estoques	30
12 Tributos a recuperar	30

13 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	30
14 Investimentos em subsidiárias	33
15 Imobilizado	35
16 Intangível	37
17 Combinação de negócios	40
18 Fornecedores	42
19 Empréstimos e financiamentos	42
20 Imposto de renda e contribuição social diferidos	46
21 Impostos a recolher	48
22 Contas a Pagar	48
23 Títulos a Pagar	48
24 Outras Contas a Pagar	50
25 Cobertura de seguros	51
26 Composição das contas de resultado	52
27 Capital social e reservas	54
28 Informações por segmento de negócios	58
29 Receita	59
30 Lucro por ação	60
31 Contingências Passivas	61
32 Ajustes a valor presente	65
33 Compromissos	66
34 Transações com partes relacionadas	69
35 Eventos Subsequentes	71

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Hypermarcas S.A. ("Companhia") é uma companhia brasileira de bens de consumo de massa e atua em dois principais segmentos de negócio, com um amplo portfólio de marcas tradicionais: (i) Farma e (ii) Consumo (Beleza e higiene pessoal). Dentre as marcas do portfólio, destacam-se: Agecare, Alivium, Apracur, Atroveran, Apraz, Bambair, Biotônico Fontoura, Blumel, Calminex, Celastamine, Celestone, Cibrato, Cizax, Coristina, Dersab, Diprogenta, Diprosalio, Diprosone, Diprospan, Dramovit, Doril, Engov, Epocler, Estomazil, Epidac, Epidrat, Episol, Fluir, Furacin, Gastrol, Garasone, Gelol, Lactopurga, Lisador, Lucretin, Melhoral, Merthiolate, Macrodantina, Milgamma, Nasaleze, Neo Química Genéricos, Ovatel, Oximax, Pelus, Polaramine, Pratium, Predsim, Procsim, Quadriderm, Rinosoro, Scaflam, Senareti, Tamarine, Tefin, Virilon, Active, Avanço, Affective, Bigfral, Biocolor, Bitufo, Bozzano, Cenoura & Bronze, Cremer, Éh!, Finn, Gigafral, Jontex, Leve, Maturidade, Monange, NY.Looks, Olla, Paixão, Palinetes, Pom Pom, Protegy, Rastro, Risqué, Sanifill, Sapeka, Sensibaby, Silhouette, Trés Marchand, Única, York, Zero Cal.

A produção de mercadorias é substancialmente realizada nas controladas Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.(Consumo) e Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A.(Farma).

Os parques fabris estão localizados em: Anápolis-GO, Senador Canedo-GO, Rio de Janeiro-RJ, Guarulhos-SP, Cabo de Santo Agostinho-PE, Taboão da Serra-SP, Mogi das Cruzes-SP, São Roque-SP, Goiânia-GO, Aparecida de Goiânia-GO, Juiz de Fora-MG e Itupeva – SP. A sede da Companhia está localizada em São Paulo-SP.

Os centros de distribuição são localizados em: Anápolis-GO, Cajamar-SP, Duque de Caxias-RJ, Contagem-MG e Extrema-MG.

Estrutura societária

Em 16 de abril de 2008, foi deferido, pela CVM, o registro de companhia aberta da Hypermarcas S.A. no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BMF & BOVESPA para negociação de ações ordinárias de sua emissão.

Em julho de 2009 e em abril de 2010 foram efetuadas distribuições públicas primárias de ações.

Os recursos obtidos com as ofertas tiveram como finalidade principal a aquisição de novas empresas, ativos e marcas, e lançamento de novos produtos.

Desde o início de suas operações, a Companhia realizou diversas transações societárias alinhadas com sua estratégia de ampliação e investimento em um portfólio de marcas e produtos.

As aquisições representaram foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas a obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão não explorado de marcas adormecidas, processo este atualmente em curso. A seguir, as principais aquisições de empresas, marcas e direitos de uso, e transações societárias realizadas em 2011 e 2012.

. 2011 – As principais aquisições nesse ano foram: Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A. fabricante de medicamentos, Mabesa do Brasil S.A. fabricante de fraldas descartáveis e Ativos líquidos e estabelecimento industrial adquirido em Senador Canedo – GO, fabricante de produtos descartáveis.

Os negócios de Alimentos e Higiene e Limpeza foram descontinuadas, através de alienações de empresa e ativos líquidos, conforme detalhes na Nota 13 (b(i)).

. 2012 – A principal aquisição refere-se a participação de 25% do capital da Bionovis – "Joint Venture" criada para pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), quando aplicável, mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2013.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Hypermarcas S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c.1) Exigências futuras que podem impactar as demonstrações financeiras da Companhia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas a serem aplicadas nos próximos exercícios.

Norma	Exigências-chave	Data de vigência		
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Essas alterações eliminam a abordagem do corredor e requerem que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida.	1º de janeiro de 2013		
Alteração ao IFRS 1 - "Adoção inicial", sobre empréstimos do governo	Essa alteração trata da maneira como um adotante inicial deve contabilizar um empréstimo de governo com taxa de juros abaixo do mercado, na transição para IFRS. Ela também prevê uma exceção à aplicação retrospectiva de IFRS, estendendo aos adotantes iniciais a mesma tolerância concedida às entidades que já apresentavam demonstrações financeiras em IFRS quando essa exigência foi incorporada ao IAS 20 em 2008.	1º de janeiro de 2013		
Alteração ao IFRS 7 - "Instrumentos financeiros: Divulgações", sobre compensação de ativos e passivos	Essa alteração traz novas divulgações para facilitar a comparação entre entidades que elaboram demonstrações financeiras em IFRS e aquelas que elaboram demonstrações financeiras em US GAAP.	1º de janeiro de 2013		
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	1º de janeiro de 2015		
Alteração aos IFRS 10, 11 e 12 sobre orientação durante a transição	Traz exceções adicionais durante a transição aos IFRS 10, 11 e 12, limitando a exigência de informações comparativas apenas para período comparativo precedente. No caso de entidades estruturadas não consolidadas, elimina a obrigação de apresentar informações comparativas de períodos anteriores à adoção inicial do IFRS 12.	1º de janeiro de 2013		
Aprimoramentos anuais 2011	Os aprimoramentos anuais tratam de seis questões do ciclo de revisão 2009-2011 e incluem alterações nas seguintes normas:	1º de janeiro de 2013		
	 . IFRS 1 - "Adoção Inicial" . IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" . IAS 16 - "Imobilizado" . IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" . IAS 34 - "Relatórios Financeiros Intermediários" 			
IFRS 10 - "Demonstrações	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e	1º de janeiro de		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Finan	ceiras	Consc	olida	idas"

preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2013

IFRS 11 - "Acordos Conjuntos"

O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e *joint ventures*.

1º de janeiro de 2013

Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. *Joint ventures* existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de *joint ventures* não é mais permitida.

IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em

Outras Entidades"

O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

1º de janeiro de 2013

IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS.

1º de janeiro de 2013

As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

IAS 27 (revisado em 2011) -"Demonstrações Financeiras Separadas" O IAS 27 (revisado em 2011) inclui considerações sobre demonstrações financeiras separadas.

1º de janeiro de 2013

IAS 28 (revisado em 2011) -"Coligadas e Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)" O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.

1º de janeiro de 2013

Alteração ao IAS 32 -"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

1º de janeiro de 2014

(d) Demonstrações de resultado abrangente

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui transações classificadas no grupo de Outros Resultados Abrangentes, portanto não apresentou a referida demonstração.

(e) Operações descontinuadas (CPC 31)

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- i) Demonstração do resultado As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas estão descritos na Nota 13.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 14). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em Joint Venture que não é consolidado, mas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 36(R3) e Nota 1.

Transações entre a companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia considera o período de mensuração de um ano, a partir da data de combinação de negócio.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Presidência (CEO).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, títulos a pagar e clientes, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" (Notas 2.5 e 2.8).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro, já que tais instrumentos financeiros não são designados como um instrumento de *hedge*, ou seja, embora a Companhia faça uso de derivativo com objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge ("hedge accounting").

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

2.11 Intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

(b) Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados na extensão do prazo contratual.

(c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(d) Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas quando incorridos são registrados diretamente no resultado. Os gastos com desenvolvimento, inclusive com registros de genéricos, são ativados quando atendido os requisitos do CPC 04 (Ativos intangíveis).

2.12 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30-50
Máquinas e equipamentos	26-28
Veículos	9-10
Móveis e utensílios	17-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e Instrução CVM 489 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros, o Empréstimo Fomentar, Produzir e o Programa de Recuperação Fiscal (Novo REFIS) são contabilizados aos seus valores presentes conforme Deliberação CVM 564/08.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e as contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Remuneração com base em ações

A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em opções (Stock Option) liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social

(valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

Capital social 2.19

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Reconhecimento da receita 2.20

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador e que as disposições de aceitação tenha sido acordados e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.22 Lucro por ação

A companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41(IAS 33).

2.23 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos contábeis críticos

Vida útil das marcas

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

Instrumento financeiro composto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia efetuou operação de Debêntures com bônus de subscrição atrelado, com opção de conversão em quantidades fixas de ações ordinárias (18.656.650 ações). Considerando as características de instrumento financeiro composto, conforme orientações do CPC 39 (Instrumentos Financeiros – Apresentação), a Companhia utilizou como premissa taxas de juros aplicáveis a títulos sem a opção de conversão atrelada para avaliar o valor justo do componente de patrimônio do referido instrumento, conforme descrito na Nota 19 (c).

3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercício, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada em ágio e marcas e patentes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio e de marcas e patentes, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 16).

(b) Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessário a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens (Vide comentários na Nota 17).

(c) Vida útil de ativos imobilizados

A última revisão da vida útil foi efetuada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, baseada em laudos de peritos externos independentes. Não tiveram alterações relevantes nas depreciações registradas desde o referido exercício, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada.

(d) Realização de tributos diferidos

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos (Nota 20) é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pelo Conselho de Administração e considera o planejamento orçamentário para um período de 5 anos (mais projeção de 5 anos), conforme previsto no CPC 32 (tributos sobre o lucro).

(e) Valores justos de derivativos e programa de opção de ações (Stock Options)

As estimativas de valor justo de instrumentos derivativos e das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado, conforme divulgado nas Nota 27 (c) (para as opções) e Nota 4.1 (f) (Derivativos) e tais modelos vem sendo aplicados de maneira uniforme ao longo dos períodos apresentados.

4 Gestão do risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda, de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

Risco cambial (a)

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

				Consolidado
	•	31/12/2012		31/12/2011
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Ativo				
Caixa			(1.865)	(3.499)
Contas a receber	(72)	(148)	(182)	(342)
Passivo				
Fornecedores	84.949	173.613	33.074	62.041
Empréstimos e financiamentos Títulos a pagar	860.729	1.758.900	902.018	1.692.006
	63.370	129.497	229.710	430.890
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(236.213)	(466.159)	(414.454)	(777.432)
Exposição líquida	772.763	1.595.703	748.301	1.403.664

(b) Risco de volatilidade no preço das ações

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012 investimentos em ações no montante de R\$ 9.056. No entanto estes investimentos não trazem risco de variação de preços das ações para a Companhia uma vez que tais ações estão vinculadas e referem-se a uma garantia relacionada a um passivo da Companhia referente à aquisição de marcas NY Looks (Nota 23 -Títulos a pagar).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros (c)

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos Títulos a pagar Aplicações Financeiras	967.984 251.008 (716.502)	1.004.423 262.162 (1.727.709)
Exposição Líquida	502.490	(461.124)

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 8 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

(e) Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

					Consolidado
	·				2012
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures Empréstimos e Financiamentos Títulos a pagar Fornecedores Outras contas a pagar Instrumentos Financeiros Derivativos	243.014 165.945 359.887 465.726 3.178	621.245 361.327 117.852 97.532 (30.022)	1.631.530 363.797 43.779	99.104 1.935.944	2.594.893 2.827.013 521.518 465.726 97.532 (26.844)
	1.237.750	1.167.934	2.039.106	2.035.048	6.479.838

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	2011 Total geral
Debêntures	231.020	507.715	2.404.781	209.378	3.352.894
Empréstimos e Financiamentos	414.573	209.921	583.349	1.885.073	3.092.916
Títulos a pagar	460.765	303.532	165.063		929.360
Fornecedores	290.722				290.722
Outras contas a pagar		117.139			117.139
Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.590)	(5.537)	3.819		(5.308)
	1.393.490	1.132.770	3.157.012	2.094.451	7.777.723

(f) Derivativos

No ano de 2012 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). Possuímos outras posições de instrumentos derivativos em aberto.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de Empréstimos e financiamentos e Títulos a pagar. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade a seguir).

Em 31 de dezembro de 2012, as operações de instrumentos derivativos cambiais contratadas pela Companhia totalizam R\$ 466.159 (dez/2011 – R\$ 777.432), e os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 24.604 (dez/2011 ganhos de R\$ 4.585).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía operações de instrumentos derivativos de taxa de juros. Em 2011 essas operações totalizavam R\$ 11.932 e os resultados das operações ainda não liquidadas representavam ganho de R\$ 238.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo	Contrapartes	Valor de R (nocio		Valor	Justo	Valo a receber		Ganhos/ realiz		Ganhos não rea	
(em R\$ milhares)		dez/12	dez/11	dez/12	dez/11	dez/12	dez/11	dez/12	dez/11	dez/12	dez/11
Moeda Estrangeira Contratos a termo	Merrill Lynch,										
Posição comprada	DB, HSBC, JP, Itau, Santander	259.220	506.187	266.836	523.972	7.616	17.785	11.608	37.898	7.616	17.785
Contratos de Swap-posição comprada	Citibank	206.939	266.660	223.030	253.460	16.988	(13.200)	(24.507)		16.988	(13.200)
Subtotal		466.159	772.847	489.866	777-432	24.604	4.585	(12.899)	37.898	24.604	4.585
Taxa de Juros Contratos de Swap Posição Ativa -			12.412		11.932		238	285	63		238
Pré Posição Passiva –	BTG Pactual		12.412 (12.412)		11.932 (11.694)		238	285	63		238

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pós

Total	466.159	785.259	489.866	789.364	24.604	4.823	(12.614)	37.961	24.604	4.823

Os contratos acima relacionados têm datas de vencimento em:

Vencimento	Valor de referência (nocional)							
Moeda Estrangeira - USD	dez/12	Taxa	dez/11	Taxa				
19/01/2012			74.580	1,865				
07/02/2012			63.020	2,146				
10/02/2012			1.562	1,905				
19/04/2012			46.393	1,903				
01/06/2012			182.814	1,896				
30/07/2012			7.987	1,747				
10/08/2012			2.341	1,916				
19/10/2012			21.702	1,809				
03/12/2012			26.705	1,801				
21/01/2013	78.744	1,981	76.394	1,915				
08/02/2013	2.326	1,883	2.321	1,926				
19/04/2013	48.841	2,011						
30/07/2013	8.571	1,874	8.571	1,874				
08/08/2013	2.313	1,883	2.284	1,931				
08/10/2013	4.965	2,136						
16/10/2013	3.072	2,139						
17/10/2013	52.379	2,149						
02/12/2013	32.563	2,217	30.956	2,108				
04/02/2014	202.300	1,883	195.132	1,936				
01/12/2014	30.085	2,069	30.085	2,069				
Total	466.159	1,983	772.847	1,934				

Taxa de juros	dez/11	Tx Passiva CDI+
16/01/2012	1.300	1,25%
15/02/2012	1.281	1,25%
15/03/2012	1.266	1,25%
16/04/2012	1.263	1,25%
15/05/2012	1.243	1,25%
15/06/2012	1.236	1,25%
16/07/2012	1.224	1,25%
15/08/2012	1.211	1,25%
17/09/2012	1.202	1,25%
15/10/2012	1.186	1,25%
Total	12.412	1,25%

(g) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- . Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.
- . Swaps são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

(h) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,08% de oscilação para o dólar estatunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar norte-americano, respectivamente (cenários II e III).

Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
(em R\$ milhares)			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	1,960	2,127	1,533	2,554	1,022	3,065
Moeda_Estrangeira						
Hedge	(6.992)	31.468	(105.561)	130.036	(223.359)	247.835
Contratos a termo	(3.274)	18.506	(59.093)	74.325	(125.802)	141.034
Swap	(3.718)	12.962	(46.468)	55.711	(97.557)	106.801
Objeto do hedge Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação	(47.723)	(86.996)	52.929	(187.648)	173.217	(307.937)
cambial de curto prazo	(47.723)	(86.996)	52.929	(187.648)	173.217	(307.937)
Efeito líquido	(54.715)	(55.528)	(52.632)	(57.612)	(50.142)	(60.102)
Outros passivos Outros Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos a variação	62.850	(62.850)	385.005	(385.005)	770.010	(770.010)
cambial	62.850	(62.850)	385.005	(385.005)	770.010	(770.010)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

A Companhia acredita, baseando-se na atual política monetária que vem priorizando a estabilidade econômica, em uma redução nas taxas de juros variáveis, nas quais a Companhia está exposta, de 0,25 p.p., o que traria a taxa Selic para 7,00% em março de 2013. De acordo com a análise de sensibilidade para o risco de diminuição nas taxas de juros, considerando como cenário mais provável uma diminuição de 0,25 p.p., a Companhia poderia sofrer um impacto negativo na receita financeira de aproximadamente R\$ 1.310. Para um cenário estressado em 25% esse impacto seria de R\$ 9.496 e para 50% de R\$ 18.992.

	Redução de		
Cenários de variação na selic	0,25 p.p.	Redução de 25%	Redução de 50%
			_
Impacto (R\$ mil)	1.310	9.496	18.992

5 Gestão de capital

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	Consolida		
	2012	2011	
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 19) Total de Títulos a pagar (Nota 23) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	3.959.950 477.703 (1.736.402)	4.546.692 794.314 (2.596.325)	
Dívida líquida	2.701.251	2.744.681	
Total do patrimônio líquido	6.868.366	6.645.934	
Total do capital	9.569.617	9.390.615	
Índice de alavancagem financeira - %	28%	29%	

6 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 19).

A companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 9) Derivativos (Nota 8)		1.727.709 24.604		1.727.709 24.604
Total do ativo		1.752.313		1.752.313
Passivos Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Derivativos (Nota 4.1 (f))				
Total do passivo				

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	,			Consolidado
Ativos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 9) Derivativos (Nota 8)		2.574.489 18.023		2.574.489 18.023
Total do ativo		2.592.512		2.592.512
Passivos Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos (Nota 4.1 (f))		(4.823)		(4.823)
Total do passivo		(4.823)		(4.823)

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade.

7 Instrumentos financeiros por categoria

			Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de Clientes (Nota 10)	1.209.054		1.209.054
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado			
(Nota 9)		1.727.709	1.727.709
Caixa e equivalentes de Caixa (Nota 9)	8.693		8.693
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)		24.604	24.604
	1.217.747	1.752.313	2.970.060

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado
_	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos (Nota 19) Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 19) Fornecedores (Nota 18)		3.959.928 22 465.726	3.959.928 22 465.726
=		4.425.676	4.425.676
			Consolidado
	Empréstimos e	Ativos ao valor justo por meio do	
31 de dezembro de 2011	recebíveis	resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial Contas a receber de Clientes (Nota 10) Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	940.575		940.575
(Nota 9) Caixa e equivalentes de Caixa (Nota 9)	21.836	2.574.489	2.574.489 21.836
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)		18.023	18.023
=	962.411	2.592.512	3.554.923
			Consolidado
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011	_		
Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos (Nota 19) Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 19) Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.1 (f)) Fornecedores (Nota 18)	(4.823)	4.545.684 1.008 290.722	4.545.684 1.008 (4.823) 290.722
=	(4.823)	4.837.414	4.832.591

Com exceção dos ativos financeiros ao valor justo através do resultado (aplicações financeiras – Nota 9 e instrumentos derivativos - Nota 4.1 (f)), os demais ativos financeiros são classificados como "Empréstimos e recebíveis" e os passivos como "Outros passivos financeiros".

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

_		Controladora		Consolidado
_	2012	2011	2012	2011

Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AAA AA+ A A- BBB+	727.215 24	2.263.934 254.054 279 1 2.620	1.736.188 	2.338.631 254.777 279 1 2.620
	727.239	2.520.888	1.736.212	2.596.308

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

		Controladora	Consolidad		
	2012	2011	2012	2011	
Ativos financeiros derivativos AAA AA	24.604	17.785 238	24.604	17.785 238	
	24.604	18.023	24.604	18.023	

(*) fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes — A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Historicamente, não há registro de perdas relevantes no contas a receber da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 10.

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	
Caixa e bancos	10.854	21.889	8.693	21.836	
Aplicações financeiras: Operações compromissadas CDB Outras	188.787 527.715	1.669.748 827.680 1.712	726.177 1.001.532	1.681.116 891.661 1.712	
	716.502	2.499.140	1.727.709	2.574.489	
	727.356	2.521.029	1.736.402	2.596.325	

As operações compromissadas têm rendimento entre 99,5% e 104,0% da variação do CDI (com média ponderada de 101,8%). Os CDBs têm rendimento entre 96,5% e 101,7% da variação do CDI (com média ponderada de 102,2%).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Clientes no país	1.299.508	979.921	1.290.878	987.123
Clientes no exterior	148	342	148	342
Clientes – partes relacionadas (Nota 34(a))	710	264		
	1.300.366	980.527	1.291.026	987.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.533)	(46.666)	(81.972)	(46.890)
	1.221.833	933.861	1.209.054	940.575

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, no Consolidado contas a receber de clientes no valor de R\$ 115.093 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 123.375) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2012, na Controladora contas a receber de R\$ 110.530 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 123.338) estavam vencidas mas não *impaired*. Elas relacionam-se com clientes para as quais não há histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u></u>	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	
Até três meses Acima de três meses	98.599 11.931	80.848 42.490	99.138 15.955	80.864 42.511	
	110.530	123.338	115.093	123.375	

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na nota 19 (a).

11 Estoques

		Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	
Produto acabado e revenda	278.959	222.947	280.119	269.164	
Produto semi-acabado	9.309	40.322	36.249	60.198	
Matéria-prima	51.890	125.196	236.787	247.699	
Manutenção e suprimentos	8.833	25.781	15.655	31.423	
Provisão para realização de estoque (*)	(80.053)	(33.249)	(130.031)	(67.804)	
	268.938	380.997	438.779	540.680	

 $(\mbox{\ensuremath{^{\ast}}})$ incremento da provisão pelos seguintes principais motivos:

[•] O shell life (prazo de validade) utilizado para provisão para realização dos estoques de produtos acabados foi alterado de 180 para 360 dias. Essa alteração ocorreu em função da verificação do histórico de perda nos últimos meses, premissas de legislação e comerciais junto a clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Resultado da avaliação do portfólio da divisão de consumo tanto pela redução do número de apresentações quanto pelas descontinuação de marcas de menor relevância.

12 Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Tributos federais (Pis/Cofins/IPI/outros) ICMS (saldo credor e substituição tributária) IRPJ a CSLL a recuperar	236.876 165.403 75.394	238.975 218.572 24.994	272.186 202.256 77.457	264.692 241.107 26.073
	477.673	482.541	551.899	531.872
Circulante	414.928	386.909	473.897	424.242
Não circulante	62.745	95.632	78.002	107.630

13 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

		Consolidado
	2012	2011
Estoques		11.086
Imobilizado (a)	10.785	
	10.785	11.086

(a) Imobilizado

Refere-se a imóveis em controlada na Argentina.

(b) Análise do resultado de Operações Descontinuadas

	Consolida							
			2012			2011		
	Operação descontinuada (b)	Ganhos de Capital / Impairment	Total operação descontinuada	Operação descontinuada (b)	Ganhos de Capital / Impairment	Total operação descontinu ada		
Receitas Líquidas de vendas Custos dos Produtos Vendidos	172.455 (165.901)		172.455 (165.901)	275.031 (184.593)		275.031 (184.593)		
Lucro bruto	6.554		6.554	90.438		90.438		
Despesas Ganho de capital Impairment (a)	(28.419)	(703) (9.257)	(28.419) (703) (9.257)	(78.539)	186.513 (12.781)	(78.539) 186.513 (12.781)		
Lucro operacional	(21.865)	(9.960)	(31.825)	11.899	173.732	185.631		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.865)	(9.960)	(31.825)	11.899	173.732	185.631		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de Renda e Contribuição Social	7.435	238	7.673	(4.046)	(63.414)	(67.460)
Lucro após o imposto de renda e da contribuição						
social	(14.430)	(9.722)	(24.152)	7.853	110.318	118.171

- (a) Refere-se ao investimento Serenity (Argentina)
- (b) Refere-se a alienação dos negócios de alimentos e higiene e limpeza ocorridos em 2011 e seus respectivos processos de transição previstos em contrato.

(i) Higiene e Limpeza

- (a) Alienações pela Companhia, em 2011, do estabelecimento comercial relacionado com a produção e comercialização de sabão em pó, com todos os direitos e obrigações que o integram e dos ativos e passivos relacionados ao negócio de fabricação e comercialização de sabão em pó, inseticidas e de determinados produtos líquidos do segmento de higiene e limpeza da Companhia, incluindo as marcas ASSIM, SIM, GATO, FLUSS, SANIFLEUR e MAT INSET, à Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A, pelo valor de R\$ 140.000.
- (b) Alienação pela Companhia, em 2011, do negócio de fabricação e comercialização de lã de aço, palha de aço, esponjas sintéticas, panos de limpeza e saponáceos, comercializados sob as marcas "ASSOLAN", "PERFEX" e "CROSS HATCH à Química Amparo Ltda. pelo valor de R\$ 124.772. Incluso neste valor contraprestação contingente ativa limitada a R\$ 35.000 que deverá ser mensurada e liquidada em 01 de abril de 2013, considerado como ganho contingente, portanto não registrado em 31 de dezembro de 2011.

(ii) Alimentos

Alienação pela Companhia, em 2011, do estabelecimento relacionado ao negócio de fabricação e comercialização dos produtos comercializados sob as marcas "ETTI", "SALSARETTI e "PUROPURE" à Bunge Alimentos S.A., pelo valor de R\$ 180.000.

Em função de previsão no contrato de alienação desses negócios, a Companhia continuou a produzir e a vender aos adquirentes esses produtos até meados de 2012.

(b.1) Conciliação das operações continuadas e descontinuadas

As demonstrações de resultado de 2012 e 2011, foram reclassificadas de forma retrospectiva, conforme determinado no CPC 31, objetivando divulgar em separado, as operações descontinuadas.

Abaixo, o demonstrativo da conciliação das demonstrações de resultado continuado e descontinuado com as demonstrações originais.

				(Consolidado
		2012			2011
Operações	Operações	Total	Operações	Operações	Total

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	continuadas	descontinuadas		continuadas	descontinuadas	
Receitas líquidas de vendas	3.873.683	172.455	4.046.138	3.324.630	275.031	3.599.661
Custos dos produtos vendidos	(1.464.570)	(165.901)	(1.630.471)	(1.320.566)	(184.593)	(1.505.159)
Lucro bruto	2.409.113	6.554	2.415.667	2.004.064	90.438	2.094.502
Despesas Ganho de capital Impairment	(1.638.528)	(28.419) (703) (9.257)	(1.666.947) (703) (9.257)	(1.583.055)	(78.539) 186.513 (12.781)	(1.661.594) 186.513 (12.781)
Lucro operacional	770.585	(31.825)	738.760	421.009	185.631	606.640
Despesas/Receitas financeiras	(424.872)		(424.872)	(608.426)		(608.426)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	345.713	(31.825)	313.888	(187.417)	185.631	(1.786)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(117.648)	7.673	(109.975)	14.595	(67.460)	(52.865)
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	228.065	(24.152)	203.913	(172.822)	118.171	(54.651)

14 Investimentos em subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	País	Negócio	Participações diretas nas ações/quotas
Cosmed Indústria de Cosméticos S.A. My Agência de Propaganda Ltda. Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A. Braga Holding S.A. Bionovis S.A.	Brasil Brasil Brasil Brasil	Consumo Agência de publicidade Farma Holding Joint Venture	100% 100% 100% 100% 25%

Movimentação dos Investimentos

									DPH/	Maripa				
	Verso	oix (ii)	Luper	· (ii)	York	(ii)	Facili	it (ii)	((ii)	Activ	e (ii)	Sapek	a (ii)
	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio
Saldos em 31 de dezembro de 2010	25.735	155.266	32.841	44.052	33.220	64.416	33.213	47.229					218.350	406.793
Dividendos recebidos Integralização/Aquisição Equivalência												9.097		683
patrimonial Stock Option			(685)											
Baixa por incorporação Transferência Reclassificação de valor	(2.627)		(39.613)		(7.821)		(21.811)						(102.011)	
justo (i) Outros	(23.108)	(5.207)	7-457	(7-457)	(25.399)	(6.466) (949)	(11.402)	(8.218)		28.267			(116.339)	8.452 (2.153)
Transferência para intangível Saldos em 31 de dezembro de 2011		(150.059)		(36.595)		(57.001)		(39.011)		(28.267)		(9.097)		(413.775)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	IPH8	cC (iii)	Mabe	sa (ii)	Mantec	orp IQ (ii)	Brainfarma	Cosn	ned	My	Bionovis (iv)	Holding (v)	
	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Ágio	Custo	Custo	Ágio	Custo	Custo	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.264	57.192						161.304	48.085	651			1.348.611
Integralização/Aquisição Equivalência			(27.547)	433.469	(13.798)	2.342.759	330.181	73.409					3.148.253
patrimonial Stock Option	(1.067)		(25.498)	5.591	52.274	(12.920)	(35.364)	(57.801) 573		(752)			(75.537) 573
Baixa por incorporação Reclassificação de valor	(5.904)		(27.708)		(379.748)			304					(586.939)
justo (i) Outros	(6.277)	(41.189)	80.753	(85.914)	341.272	(531.369)	45-753	16.916					(340.160) (3.102)
Transferência para intangível Saldos em 31 de				(353.146)		(1.798.470)							(2.885.421)
dezembro de 2011	7.016	16.003					340.570	194.705	48.085	(101)			606.278
Integralização/Aquisição Transferência Equivalência	(4.666)	(16.003)					186.169	934.760 20.669			2.500	15.223	1.123.429 15.223
patrimonial Stock Option Reclassificação de valor	(2.350)						(9.175) 2.138	(58.409) 1.001		(2.817) 31	(520)		(73.271) 3.170
justo (i) Saldos em 31 de							(4.646)						(4.646)
dezembro de 2012							515.056	1.092.726	48.085	(2.887)	1.980	15.223	1.670.183

Braga

- (i) Estes valores referem-se a alocação de valor justo nas combinações de negócios substancialmente marcas, estoques e imobilizado, nas empresas não incorporadas, a contrapartida é na linha de investimentos na controladora.
- (ii) Essas empresas foram incorporadas na controladora em 2011, portanto, os valores relativos a ágio foram reclassificados na controladora para o intangível, da mesma forma como é demonstrado no consolidado.
- (iii) A IPH&C foi incorporada pela Cosmed em dezembro de 2012. O valor relativo ao Ágio foi reclassificado na controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. para o intangível, da mesma forma como é demonstrado no consolidado.
- (iv) Bionovis S.A. Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica Integralização de capital social em 2 de abril de 2012, referente a participação de 25%. O negócio ("Joint Venture") consiste em pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos.
- (v) Braga Holding S.A. Constituída em decorrência de cisão parcial, sob a denominação de Braga Holding S.A, que passou a ser subsidiária integral da Hypermarcas.

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (Prejuízo)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.476.191	375.934	1.188.604	(55.137)
My Agência de Propaganda Ltda	2.235	5.121	1.800	(2.816)
Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A.	783.234	269.113	486.870	(5.594)
Braga Holding S.A	17.325	2.101		
2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (Prejuízo)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	392.867	(194.855)	1.003.487	(61.653)
My Agência de Propaganda Ltda	770	(871)	1.800	(753)
Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A.	545.908	(215.212)	263.296	(29.048)
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda	9.353	(4.589)	38.229	34

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Equivalência patrimonial

	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2012	Participação %	Equivalência patrimonial de operações continuadas de 31 dezembro de	Equivalência patrimonial de operações descontinuadas de 31 de dezembro de 2012	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial de operações continuadas de 31 de dezembro de 2011	Equivalência patrimonial de operações descontinuad as de 31 de dezembro de 2011	Saldo do investime nto em 31 de dezembro de 2011
Cosmed Indústria de Cosméticos								
e Medicamentos S.A. (i)	1.092.726	100%	(58.409)		1.092.726	(57.801)		194.705
My Agência de Propaganda Ltda. (ii) Luper Indústria Farmacêutica	(2.887)	100%	(2.817)		(2.887)	(752)		(101)
Ltda.(iii)		100%				(685)		
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda i(iv) Mabesa do Brasil S.A (v) Mantecorp Indústria Química		100% 100%	(2.350)			(1.067) (7.126)	(12.781)	7.016
Farmacêutica S.A (vi)		100%				39.354		
Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A. (vii) Bionovis S.A. (viii) Braga Holding S.A. (ix)	515.056 7.881 15.223	100% 25% 100%	(9.175) (520)		515.056 1.980 15.223	(35.364)		340.570
ĥaio do amanas π≅o			(73.271)		1.622.098	(63.441)	(12.781)	542.190
Ágio de empresas não incorporadas			(73.271)		48.08 <u>5</u>	(63.441)	(12.781)	64.088
			(/3:=/1)		1.5/0.103	(-0.44-)	(=2.701)	

- (i) A Hypermarcas é detentora de 1.543.063.439 ações ordinárias da sua controlada Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.
- (ii) A Hypermarcas é detentora de 9.999 quotas da sua controlada My Agência de Propaganda Ltda. do total de 10.000 quotas.
- (iii) A controlada Luper Indústria Farmacêutica Ltda foi incorporada em abril de 2011.
- (iv) A controlada IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda. foi incorporada em dezembro de 2012 pela subsidiária Cosmed Indústria de Cosmésticos e Medicamentos S.A.
- (v) A controlada Mabesa do Brasil S.A. foi incorporada em dezembro de 2011.
- (vi) A controlada Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A. foi incorporada em dezembro de 2011. A Mantecorp Logística S.A (105.043.143 ações) foi incorporada em fevereiro de 2011.
- (vii) A Hypermarcas é detentora de 174.833.227 ações ordinárias da sua controlada Brainfarma Indústria e Farmacêutica S.A.
- (viii) A Hypermarcas é detentora de 2.500.000 ações ordinárias da Bionovis S.A.
- (ix) A Hypermarcas é detentora de 100 ações ordinárias da sua controlada Braga Holding S.A.

15 Imobilizado

Controladora

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas Equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	3.369	117.957	170.256	909	8.501	7.622	308.614	61.576	370.190
Cisão	(1.809)	(100.075)	(126.004)	(868)	(5.277)	(2.808)	(236.841)	(82.564)	(319.405)
Adições	4.427	624	24.165		4.356	8.385	41.957	60.455	102.412
Adições por Incorporações	15.868	34.875	127.560	6.424	3.844	1.036	189.607	28.129	217.736
Alienação	(3.052)	(14.946)	(42.716)	(556)	(481)	(2.044)	(63.795)	(2.348)	(66.143)
Alocação de preço aquisição (PPA)	57.633	160.923	218.366	810	5.765	148	443.645		443.645
Ativos Mantidos para venda	1.780	1.243	1.566				4.589	(0)	4.589
Transferência		743	11.304	3.053	6	14	15.120	(15.198)	(78)
Depreciação/amortização		(4.234)	(14.858)	(2.008)	(712)	(1.729)	(23.541)		(23.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	78.216	197.110	369.639	7.764	16.002	10.624	679.355	50.050	729.405
Custo total	78.216	265.501	613.665	13.805	26.348	15.925	1.013.460	50.050	1.063.510
Depreciação acumulada		(68.391)	(244.026)	(6.041)	(10.346)	(5.301)	(334.105)		(334.105)
Valor residual	78.216	197.110	369.639	7.764	16.002	10.624	679.355	50.050	729.405
Cisão (i)	(838)	(9.153)	(17.961)	23	(221)		(28.150)	(2.298)	(30.448)
Drop Down (ii)	(876)	(13.374)	(31.072)	(4)	(775)	(998)	(47.099)	(4.331)	(51.430)
Adições		192	25.627	53	1.534	2.577	29.983	40.350	70.333
Alienação	(2.806)	(813)	(4.540)	(111)	(313)	(316)	(8.899)	(140)	(9.039)
Alocação de preço aquisição (PPA)	(1.487)	(7.835)	(666)		(45)		(10.033)		(10.033)
Transferência (*)		13.131	1.642	65	(2)	335	15.171	(15.160)	11
Depreciação/amortização		(8.496)	(24.002)	(1.717)	(1.620)	(2.596)	(38.431)		(38.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	72.209	170.762	318.667	6.073	14.560	9.626	591.897	68.471	660.368
Custo total	72.209	245.684	564.436	13.662	25.749	14.925	936.665	68.471	1.005.136
Depreciação acumulada		(74.922)	(245.769)	(7.589)	(11.189)	(5.299)	(344.768)		(344.768)
Valor residual	72.209	170.762	318.667	6.073	14.560	9.626	591.897	68.471	660.368

 $^{(\}mbox{\ensuremath{^{*}}})$ Substancialmente reclassificação de imobilizações em andamento.

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Ferramentas vasilhames e outros	Arrendamento Mercantil	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2011 Cisão	11.085	214.694	388.594 (25.378)	6.673	13.946 (250)	14.515 (1)	10.177	659.684 (25.629)	80.001	739.685 (25.629)
Adições Adições por empresa Adições por	4.427 6.230	5.195 17.359	61.443 49.658	334 3.815	6.904 2.730	14.048 42		92.351 79.834	102.767 1.855	195.118 81.689
Incorporação Alienação	2.767 (9.863)	8.548 (15.678)	15.761 (47.469)	950 (4.014)	612 (946)	261 (2.340)		28.899 (80.310)	393 (2.348)	29.292 (82.658)
Alocação de preço aquisição (PPA) Ativos Mantidos para	69.010	108.828	198.176	1.049	6.717	443		384.223		384.223
venda Transferência Depreciação/amortiz	1.780	1.243 725	1.567 19.250	2.809	(128)	193	(9.033)	4.590 13.816	(13.896)	4.590 (80)
ação		(18.080)	(41.613)	(2.335)	(2.453)	(3.085)		(67.566)		(67.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	85.436	322.834	619.989	9.281	27.132	24.076	1.144	1.089.892	168.772	1.258.664
Custo total	85.436	404.574	993.035	16.853	46.103	38.455	1.144	1.585.600	168.772	1.754.372
Depreciação acumulada		(81.740)	(373.046)	(7.572)	(18.971)	(14.379)		(495.708)		(495.708)
Valor residual	85.436	322.834	619.989	9.281	27.132	24.076	1.144	1.089.892	168.772	1.258.664
Adições Alienação Alocação de preco	2.279 (2.806)	243 (813)	70.588 (12.276)	54 (111)	2.611 (461)	6.941 (449)		82.716 (16.916)	154.854 (140)	237.570 (17.056)
aquisição (PPA) Baixa Transferência (*)	(1.487) (270)	(7.835) (130) 55.420	(26.406) 14.296	209	(2.423) 176	(868) 1.334	(66)	(9.322) (29.827) 71.099	(71.365)	(9.322) (29.827) (266)
Depreciação/amortiz ação		(12.754)	(39.126)	(1.970)	(2.498)	(6.444)		(62.792)		(62.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	83.152	356.965	627.065	7.463	24.537	24.590	1.078	1.124.850	252.121	1.376.971
Custo total	83.152	451.509	1.054.039	16.843	48.218	45.992	1.078	1.700.831	252.121	1.952.952
Depreciação acumulada		(94.544)	(426.974)	(9.380)	(23.681)	(21.402)		(575.981)		(575.981)

 ⁽i) Cisão - versão de parcela de patrimônio da Hypermarcas com posterior incorporação de ações.
 (ii) Drop Down - aumento de capital em subsidiárias com a conferência de ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor residual 83.152 356.965 627.065 7.463 24.537 24.590 1.078 1.124.850 252.121 1.376.971

16 Intangível

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Ágio em empresa não incorporada				
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.			48.085	48.085
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Active Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal e Cosmésticos S.A			10.992	9.097
IPH&C Indústria de Produtos de Higiene e Cosméticos Ltda			16.003	16.003
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Mabesa do Brasil S.A	353.146	353.146	353.146	353.146
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	36.595	45.917	36.595
Sapeka Indústria e Comércio de Fraldas Descartáveis S.A	413.775	413.775	413.775	413.775
Versoix Participações Ltda	150.059	150.059	150.059	150.059
York S.A Indústria e Comércio Ltda	57.001	57.001	57.001	57.001
Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda	39.011	39.011	39.011	39.011
DPH Distribuidora de produtos de Higiene Ltda	28.267	28.267	28.267	28.267
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A	965.820	965.820	965.820	965.820
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. Farmasa	666.808	666.808	666.808	666.808
Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda.	269.263	269.263	269.263	269.263
Aprov Comércio de Cosméticos Ltda.	275.535	275.535	275.535	275.535
Inal – Indústria Nacional do Látex S.A.	156.260	156.260	156.260	156.260
Ceil Comércio e Distribuidora Ltda.	148.887	148.887	148.887	148.887
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
Éh Cosméticos S.A.	15.860	15.860	15.860	15.860
	6.178.920	6.169.598	6.254.000	6.242.783
Direitos de uso	17.972	19.363	19.553	21.669
Marcas e patentes	594.028	575.352	595.004	575.657
Softwares	6.911	10.325	7.787	11.257
Desenvolvimento de produtos	4.766	4.188	75.422	80.804
	6.802.597	6.778.826	6.951.766	6.932.170

Os ágios se baseiam, principalmente em rentabilidade futura e sua avaliação inicial está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital de Giro (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações de parcelas do ágio inicial para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, etc.).

Marcas adquiridas

^(*) Substancialmente reclassificação de imobilizações em andamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em março de 2011, foram adquiridas as marcas de medicamentos Digedral, Peridal e Lopigrel de prescrição da Medley, pelo montante de R\$ 84.000.

Em dezembro de 2012 a Companhia recebeu a título de indenização por não cumprimento do contrato de fornecimento da Medley o valor de R\$ 33.625 na forma de direito de uso da marca Lioram pelo prazo de 12 anos.

Outros intangíveis

Em junho de 2011 foi alienado para a Amgen Inc. e a sua subsidiária brasileira Amgen Brasil Biofarmacêutica Ltda. ("Amgen") pelo valor de R\$ 35.000 os direitos de distribuição exclusiva de medicamentos biotecnológicos já pertencentes a esta e com registros protocolados pela Mantecorp.

A Companhia continuará importando os produtos Amgen e vendendo para a mesma no Brasil recebendo desta uma comissão.

Movimentação dos saldos

Controladora

	Direitos de uso (i)	Marcas e patentes (ii)	Softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	45.751	274.121	13.340	24.140	3.399.327	3.756.679
Cisão	(1.532)	(24)	(812)	(27.661)		(30.029)
Adições por incorporação	5.493	4.095	(3)	3.939		13.524
Adições	7.540	84.962	1.072	4.355	7.870	105.799
Alienação	14.325	(58.065)	27	(119)	(60.603)	(104.435)
Alocação de preço (PPA)		235.146			(85.567)	149.579
Transferência	(47.502)	47.514	65			77
Transferência por incorporação	, ,				2.908.571	2.908.571
Amortização	(4.712)	(12.397)	(3.364)	(466)		(20.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.363	575.352	10.325	4.188	6.169.598	6.778.826
Custo total	46.002	604.423	24.969	5.477	6.169.598	6.850.469
Amortização acumulada	(26.639)	(29.071)	(14.644)	(1.289)		(71.643)
Valor residual	19.363	575.352	10.325	4.188	6.169.598	6.778.826
Cisão	(40)	(483)				(523)
Drop Down	(42)	(188)	(2)			(232)
Adições	5.805	33.945	392	1.496		41.638
Alienação				(363)		(363)
Alocação de preço (PPA)					9.322	9.322
Baixa		(4.916)				(4.916)
Transferência	(15)		3			(12)
Amortização	(7.099)	(9.682)	(3.807)	(555)		(21.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.972	594.028	6.911	4.766	6.178.920	6.802.597
Custo total	51.035	637.697	25.289	6.610	6.178.920	6.899.551
Amortização acumulada	(33.063)	(43.669)	(18.378)	(1.844)		(96.954)
Valor residual	17.972	594.028	6.911	4.766	6.178.920	6.802.597

⁽ ${\rm i}$) substancialmente software

⁽ii) inclui marcas e patentes e direito de uso de marcas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

	Direitos de uso (i)	Marcas e patentes (ii)	Softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	46.590	333.033	13.267	24.192	4.222.359	4.639.441
Aquisição por incorporação Adições por aquisição de empresa	1.732 5.266	2.865	(73) 70	5.384	170.742	172.401 13.585
Adições Alienação	8.836 14.341	84.962 (58.065)	1.266 27	12.877 (342)	2.446.828 (65.119)	2.554.769 (109.158)
Alocação de preço aquisição (PPA) Transferência	(47.670)	177.769 47.491	65	61.206 196	(532.027)	(293.052) 82
Amortização	(7.426)	(12.398)	(3.365)	(22.709)		(45.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.669	575.657	11.257	80.804	6.242.783	6.932.170
Custo total Amortização acumulada	54.011 (32.342)	604.752 (29.095)	25.975 (14.718)	110.135 (29.331)	6.242.783	7.037.656 (105.486)
Valor residual	21.669	575.657	11.257	80.804	6.242.783	6.932.170
Adições Alienação	5.967	33.945	417	8.331 (363)	1.625	50.285 (363)
Alocação de preço aquisição (PPA) Baixa Transferência	(110)	(4.916)			9.322	9.322 (5.026)
Amortização	(8) (7.96 <u>5</u>)	(9.682)	(3.890)	(13.350)	270	265 (34.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.553	595.004	7.787	75.422	6.254.000	6.951.766
Custo total Amortização acumulada	60.051 (40.498)	638.697 (43.693)	26.322 (18.535)	117.434 (42.012)	6.254.000	7.096.504 (144.738)
Valor residual	19.553	595.004	7.787	75.422	6.254.000	6.951.766

⁽i) substancialmente software

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas adquiridas ou advindos de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que não estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes, tendo sido utilizada uma taxa de crescimento, média, na ordem 8,1% e uma taxa de desconto em torno de 7,4%.

Em decorrência dos referidos testes, nenhuma perda por impairment necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso fosse 4% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2012, e, da mesma forma, se a taxa de desconto estimada antes do imposto, através da adoção do Custo Médio Ponderado de

⁽ii) inclui marcas e patentes e direito de uso de marcas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital de Giro (WACC na sigla em inglês) aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por impairment nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Intangíveis alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

O ágio, marcas e direitos de uso de marcas:

			Consolidado
		2012	2011
	Farma Consumo	4.576.209 2.272.795 6.849.004	4.533.330 2.285.110 6.818.440
Não alocados		102.762	113.730
		6.951.766	6.932.170

Em função da estratégia da Companhia em focar em produtos mais rentáveis, na divisão de consumo determinadas marcas foram descontinuadas.

17 Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

Em 2011 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinações de negócios:

- . Mabesa Em janeiro de 2011, foi adquirida a empresa Mabesa do Brasil Participações Ltda e suas subsidiárias, atuante na fabricação e comercialização de fraldas descartáveis, absorventes higiênicos femininos e lenços umedecidos, entre outros, comercializados sob as marcas Cremer-Disney, Plim Plim, Puppet e Affective, pelo montante de R\$ 346.903.Em dezembro de 2011 a Hypermarcas S.A. incorporou a Mabesa do Brasil S.A.
- . Mantecorp Em janeiro de 2011, foi adquirida a totalidade das ações da Mantecorp por R\$ 2.492.346, sendo que 23,77% do capital social votante da Mantecorp, no valor de R\$ 592.346 foi pago à vista e o restante mediante emissão de 78.013.947 novas ações da Hypermarcas S/A. O negócio consiste na fabricação e comercialização de medicamentos. Em fevereiro de 2011 foi efetuada a cisão parcial da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., referente a parcela dos investimentos nas empresas Brainfarma Industria Química e Farmacêutica S.A e Mantecorp

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Logística, Distribuição e Comércio S.A com a sequente incorporação destes acervos líquidos pela Hypermarcas. Ato contínuo a Hypermarcas S/A incorporou a Mantecorp Logística, Distribuição e Comércio S.A. Em dezembro de 2011 a Hypermarcas S.A. incorporou a Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A.

. Active – Em agosto de 2011, foi adquirida a empresa Active Indústria e Comércio de Produtos de Higiene e Cosmésticos S.A., fabricante de produtos descartáveis (fraldas infantis, fraldas geriátricas e absorventes, tanto femininos quanto póscirurgicos) e comésticos (cremes dentais), comercializado sob as marcas: Active, Gigafral, Sensibaby, Protegy e outros, pelo montante de R\$ 35.405.

No 1º trimestre de 2012 houve o incremento de R\$ 1.894 no Ágio da Active proveniente principalmente de realocação de PPA.

Nos quadros abaixo é demonstrada a movimentação:

Empresa	Período de aquisição	Contraprestação líquida	Ativos e passivos identificáveis, ajustados a valor justo	Ajustes adicionais de valor justo aos ativos e passivos identificáveis	Ágio contábil	Despesas para aquisição (*)
Mabesa Mantecorp Ativos Active	jan/11 jan/11 ago/11	342.917 2.237.660 35.231	84.026 (226.128) (4.324)	(73.797) (213.062) (21.810)	353.146 1.798.470 10.992	7.163 38.140
Totais		2.615.808	(146.426)	(308.669)	2.162.608	45.303

Foram efetuadas as seguintes principais alocações.

Empresa	Contingências e provisões	Débito/Crédito tributário	Estoques	Imobilizado	Intangíveis	Total
Mabesa Mantecorp Ativos	28.103 315.146	(24.604) (106.440)	(1.555) (6.054)	(54.906) (270.326)	(20.835) (145.388)	(73.797) (213.062)
Active	(2.295)	10.624	1.237	(31.376)		(21.810)
Totais	340.954	(120.420)	(6.372)	(356.608)	(166.223)	(308.669)

^(*) Referem – se a custos com serviços de advogados, consultores, etc. incorridos nas aquisições e registrados diretamente no resultado do período.

18 Fornecedores

		Controladora	Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	
Fornecedores no país (*) Fornecedores no exterior (*) Fornecedores partes relacionadas	72.599 81.583 110.498	134.241 46.229 7.519	292.113 173.613	228.681 62.041	
	264.680	187.989	465.726	290.722	

^(*) O aumento do saldo da conta de Fornecedores no país em 2012 com relação ao ano de 2011 é devido a implementação de uma política de alongamento de prazos de pagamento junto aos fornecedores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos e financiamentos

		Controladora			Consolidado
		2012	2011	2012	2011
Moeda Estrangeira Empréstimo USD(i) Bonds (ii)	US\$+2,33% até 3,74% a.a. US\$ + 6,50% a.a.	232.658 1.525.390	295.874 1.395.350	233.510 1.525.390	296.656 1.395.350
Moeda Nacional					
FCO (i) Empréstimos	8,5% a.a. CDI + 1,25% a.a.		59.767 192.672	70.230	112.978 192.672
Financiamentos (*)	Pré-fixada de 4,50% a 8,70% a.a. e de TJLP a TJLP + 3,00% a.a	13.953	21.922	28.248	37-245
BNDES (i)	Pré-fixada 3,50% a 6,00% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a	28.642	41.040	66.743	95.860
Debêntures(i)	IPCA + 3% a 8,43% a.a.; 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré-fixada 11,30% a.a	2.035.829	2.415.931	2.035.829	2.415.931
		3.836.472	4.422.556	3.959.950	4.546.692
Circulante		317.727	494.338	346.103	532.488
Não circulante		3.518.745	3.928.218	3.613.847	4.014.204

(*) inclui Leasing, Finame, FINEP e fianças

- (i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.
- (ii) Em 20 de abril de 2011 foi efetuada a emissão de títulos de dívida no exterior ("Bonds"), no montante de setecentos e cinquenta milhões de dólares. Os encargos totais correspondem a taxa interna de retorno de 8% a.a, amortizados semestralmente, sendo que sua primeira amortização ocorreu em 20 de outubro de 2011, com vencimento em 20 de abril de 2021. Os custos de transação totalizaram R\$ 32.383. Está registrado no circulante o valor de R\$ 106.457 e não circulante R\$ 1.418.933.

Os custos de transação ainda não realizados tem a seguinte composição por ano:

_	31/12/2012
_	
2013	2.892
2014	2.848
2015	3.075
2016	3.331
2017	3.587
2018	3.874
2019	4.184
2020	4.531
2021	1.442
<u> </u>	29.764

Debêntures - Composição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_	Data de Emissão	Data de Vencimento	Forma de amortização	Tipo de emissão	Valor data de emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Encargos financeiros anuais	Conversibilidade
1ª Emissão Pública	08/01/2010	08/01/2013	final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	113,72% DI	Não conversíveis em ações
3ª Emissão Pública	15/07/2010	15/07/2014	final	Pública	201.026.000	201.026	201.026	1.000	CDI + 1,65%	Não conversíveis em ações
3ª Emissão Pública 2ª Série	15/07/2010	15/07/2015	final	Pública	335.601.000	335.601	335.601	1.000	CDI + 1,85%	Não conversíveis em ações
3 ^a Emissão Pública 3 ^a Série	15/07/2010	15/07/2016	50% - 15/07/15 50% - 15/07/16	Pública	114.415.000	114.415	114.415	1.000	IPCA + 8,4%	Não conversíveis em ações
^{1ª} Emissão Privada ^{1ª} Série	15/10/2010	15/10/2015	final	Privada	549.998.042	548.725	548.725	1.002,32	IPCA + 3%	Direito a subscrição de ações ordinárias
1ª Emissão Privada			Semestral a partir							
2ª Série	15/10/2010	15/10/2018	de 15/04/13	Privada	549.998.042	548.725	548.725	1.002,32	11,3%	Não conversíveis em ações
4ª Emissão Pública 1ª Série	28/03/2011	28/03/2014	final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	111,00% DI	Não conversíveis em ações
4ª Emissão Pública 2ª Série	28/03/2011	28/04/2014	final	Pública	200.000.000	200	200	1.000.000	111,00% DI	Não conversíveis em ações

Debêntures – Movimentação

1 ^a Emissão Pública	3ª Emissão Pública 1ª, 2ª e 3ª	1 ^a Emissão Privada	4ª Emissão Pública	Total
	Séries	1ª, 2ª Séries	1ª e 2ª Séries	
212.286	694.894	1.097.249	411.502	2.415.931
(200,000)		(201 026)		(401.026)
` ,	40.011	, ,	61.008	249.443
		•	,	(228.519)
(1.007)	(-0))	() - 1/ / 1/	(1.01)	(),
<u> </u>				
	661.186	943.592	431.051	2.035.829
	2.010	2 107	F70	5.786
	3.010	2.19/	5/9	5./60
	1.303	688	443	2.434
	1.707	1.509	136	3.352
	3.010	2.197	579	5.786
		Pública Pública 1a, 2a e 3a Séries 212.286 694.894 (200.000) 12.271 49.911 (24.557) (24.557) (83.619) 661.186 3.010 1.303 1.707	Pública Pública 1ª, 2ª e 3ª Séries Privada 1ª, 2ª Séries 212.286 694.894 1.097.249 (200.000) (201.026) 12.271 49.911 126.163 (24.557) (83.619) (78.794) 661.186 943.592 3.010 2.197 1.303 688 1.707 1.509	Pública Pública 1ª, 2ª e 3ª Séries Privada Pública 1ª e 2ª Séries 212.286 694.894 1.097.249 411.502 (200.000) (201.026) 61.098 (24.557) (83.619) (78.794) (41.549) 3.010 2.197 579 1.303 688 443 1.707 1.509 136

Os montantes a longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2012	2012
2014	710.881	728.942
2015	1.070.934	1.088.773
2016	147.756	158.440
2017	84.732	92.859
2018	84.732	92.778
2019	352	7.982
2020	192	7.489

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2021	1.419.125	1.426.135
2022	41	6.712
2023		3.737
	3.518.745	3.613.847

(a) Garantia dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
	2012	2012
Contas a receber – clientes Caucionadas	23.921	23.921
Carta de Fiança (i)	28.642	36.421
Aval de acionista e ex-acionista		29.902
Imobilizado (valor líquido) Penhorado	60.119	74.564
	112.682	164.808

⁽i) Adicionalmente, existem aplicações financeiras no valor de $\,$ R\$ 64.510 (R\$ 76.062 em 31/12/2011) dadas em garantia de operações de fianças bancárias.

(b) Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos são os seguintes:

			Consolidado		Valor Justo
		2012	2011	2012	2011
Moeda Estrangeira Empréstimo USD(i) Bonds (ii)	US\$ + 2,33% a 3,74% a.a US\$+ 6,50% a.a.	233.510 1.525.390	296.656 1.395.350	233.510 1.795.693	296.656 1.273.718
Moeda Nacional					
FCO (i) Empréstimos	8,5% a.a. CDI + 1,25% a.a.	70.230	112.978 192.672	61.421	99.596 196.374
Financiamentos (*)	Pré-fixada de 4,50% a 8,70% a.a. e de TJLP a TJLP + 3,00% a.a	28.248	37-245	28.248	35.865
BNDES (i)	Pré-fixada 3,50% a 6,00% a.a. e TJLP + 1,50% a 3,00% a.a	66.743	95.860	61.680	86.871
Debêntures(i)	IPCA + 3% a 8,43% a.a.; 111,00% do CDI; CDI + 1,85% a.a. e Pré-fixada 11,30% a.a	2.035.829	2.415.931	1.990.705	2.399.711
		3.959.950	4.546.692	4.171.257	4.388.791

^(*) Inclui Leasing, Finame, FINEP e fianças

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI a CDI+ 1,79% a.a. (2011 – CDI a CDI + 2,00% a.a.).

(c) Debêntures simples com bônus de subscrição atrelado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atrelado a emissão das debêntures simples emitidas em 15 de outubro de 2010, foram emitidos 548.725 bônus de subscrição de ações ao preço de subscrição de R\$ 29,48 (vinte e nove reais e quarenta e oito centavos) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures da primeira série, de maneira que a conversão se dará sempre por uma quantidade fixa de ações ordinárias de 34 ações por cada bônus de subscrição, totalizando uma quantidade fixa 18.656.650 ações ordinárias.

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor do bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos de renda e contribuição social no valor de R\$ 50.243.

O saldo da primeira série da primeira emissão privada de debêntures simples com garantia flutuante, conjugadas com bônus de subscrição, reconhecido no balanço patrimonial é composto como segue em 31 de dezembro de 2012:

Valor atualizado das debêntures conversíveis	634.534
Gastos a transcorrer	(51.208)
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2012	583.326

Para a segunda série, que não contempla a opção de ser convertida em ações, o valor contabilizado no passivo monta R\$ 561.277.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2013. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados substancialmente por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Notas 1 e 16). De acordo com projeções preparadas pela administração a utilização dos ágios já apresentam decréscimos e cessará em 2020.

	Controladora			Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Crédito tributário: Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL Diferencas temporárias, substancialmente: Contingências, amortização	616.657	382.750	649.353	415.837
de ágios e variação cambial Ágio de empresas incorporadas conforme CVM 319/99: Total do crédito tributário	517.129 32.100 1.165.886	561.853 46.105 990.708	579.591 32.100 1.261.044	588.276 46.105 1.050.218
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente) Saldo remanescente do crédito tributário	(1.093.303) 72.583	(794.514) 196.194	(1.144.211) 116.833	(832,206) 218,012

(b) Passivos fiscais diferidos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

Ágios Outros ajustes de combinações de negócios AVPs e outros	959.848 130.141 32.468 1.122.457	633.800 150.374 40.295 824.469	959.848 191.853 58.731 1.210.432	633.800 204.465 58.499 896.764
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza	(1.093.303)	(794.514)	(1.144.211)	(832.206)
Saldo remanescente do passivo diferido	29.154	29.955	66.221	64.558

(c) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

	Consolidado
Créditos Tribu	tários
Período de utilização	Total
2013	82.085
2014	72.812
2015	94.044
2016	119.847
2017	146.717
2018 a 2022	745.539
	1.261.044

A estimativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2022, de acordo com estudos realizados pela Administração, haja vista a projeção de resultados positivos futuros decorrentes das reestruturações societárias que ocorreram, mencionada na Nota 1, que consideram: (i) grande volume de marcas bem posicionadas no mercado; (ii) atuação diversificada em dois segmentos de mercado; e (iii) fluxos de caixa positivos.

(d) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
-	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social operações	382.092	(172.336)	345.713	(187.417)
descontinuadas	(31.825)	185.631	(31.825)	185.631
Lucro (prejuízo)antes do imposto de renda e da contribuição social	350.267	13.295	313.888	(1.786)
Resultado de equivalência patrimonial operações continuadas Resultado de equivalência patrimonial operações descontinuadas	73.271	63.441 12.781	520	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de apuração	423.538	89.517	314.408	(1.786)
Alíquota imposto de renda e contribuição social (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal	(144.003)	(30.611)	(106.875)	125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras	45.695	(14.309)	4.597	(26.788)
Resultado de variação cambial - diferido	(39.771)	(97.442)	(39.770)	(97.142)
(Adições)/ Exclusões – permanentes	(57.571)	(14.873)	(61.142)	(29.499)
Incentivos Fiscais		576		806
Amortização de ágio fiscal – RTT (Regime Tributário de Transição)	382.944	296.758	382.944	296.758
Demais ajustes – RTT (Regime Tributário de Transição)	48.537	(20.001)	49.229	(19.160)
Crédito tributário baixado por incorporação			(679)	(6.003)
Compensação de prejuízos fiscais		35	3.067	2.263
IR/CS no resultado - corrente	235.831	120.133	231.371	121.360
Baixa de IR e CS por compensação	<u> </u>		(3.067)	(2.229)
Realização IR e CS sobre diferenças temporárias	(13.077)	103.992	28.073	111.539
IR e CS sobre ágio (CPC 32)	(361.637)	(263.346)	(361.637)	(263.346)
Realização de obrigações fiscais diferidas	8.457	15.830	11.214	24.366
Realização sobre o ágio IN. CVM 319/99	(14.005)	(25.053)	(14.006)	(25.053)
Baixa de IR e CS por cisão	(1.923)	(19.502)	(1.923)	(19.502)
IR/CS no resultado - diferido	(382.185)	(188.079)	(341.346)	(174.225)
Imposto de renda e contribuição social	(146.354)	(67.946)	(109.975)	(52.865)
Operações descontinuadas	7.673	(67.460)	7.673	(67.460)
Operações continuadas	(154.027)	(486)	(117.648)	14.595

21 Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
ICMS a recolher	21.042	26.652	32.375	38.563
IPI a recolher	1.118	1.388	4.972	4.235
PIS a recolher		653	1.717	1.254
COFINS a recolher		2.982	7.950	5.855
Programa de Recuperação Fiscal (Refis)	7.943	10.639	10.601	12.454
Outros impostos a recolher	4.794	2.217	5.443	2.776
	34.897	44.531	63.058	65.137

22 Contas a pagar

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Fretes a pagar	26.067	24.962	28.988	26.934
Serviços prestados	35.096	42.381	48.375	51.654
Verbas, acordos comerciais e outras	104.814	45.705	105.006	45.705
Publicidade	30.144	15.495	30.144	15.495
Aluguéis	2.496	983	6.302	985
Hedge	11.142	7.445	11.142	7.445
Provisão para reestruturação operacional			39.911	
Outras	22.363	23.246	28.979	31.506
	232.122	160.217	298.847	179.724

23 Títulos a pagar

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Aquisição da DM Indústria Farmacêutica Ltda.	49.940	189.236	49.940	189.236
Aquisição Sapeka Indústria de Fraldas Descartáveis Ltda (iv)	31.369	35.122	31.369	35.122
Aquisição Pom Pom Produtos Higiênicos Ltda. (i)	93.603	127.726	93.603	127.726
Aquisição Mabesa do Brasil S.A (iii)	64.771	130.602	64.771	130.602
Aquisição Ind. Nacional de Artefatos de Látex S.A. (iii)	55.767	74.852	55.767	74.852
Aquisição Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. (i)	26.334	28.487	26.334	28.487
Aquisição Luper Indústria Farmacêutica Ltda (i)	17.587	17.132	17.587	17.132
Aquisição de Bitufo (i)	26.574	31.739	26.574	31.739
Aquisições Aprov Comércio de Cosméticos Ltda / Niasi Ind. de Cosmésticos Ltda (i)	87.199	92.983	87.199	92.983
Outros (i,ii e v)	12.021	43.386	24.559	66.435
	465.165	771.265	477.703	794.314
Passivo circulante	326.447	396.562	338.985	408.040
Passivo não circulante	138.718	374.703	138.718	386.274

- (i) Atualização de acordo com taxas do mercado financeiro, basicamente CDI.
- (ii) O contrato de Aquisição das marcas (NY Looks, Bia Blanc, Radical, Aroma & Cor, Day, Dois! Earth, Um!, Três!, Ski, Sun, e Eco) com a Brasil Global Ltda. prevê uma retenção do preço de R\$ 12.000 para garantir eventuais contingências da vendedora. Tal valor é investido sob orientação do credor, e em 31 de dezembro de 2012 o saldo é de R\$ 9.056 e encontra-se aplicado em ações, registrado em conta redutora do respectivo saldo de títulos a pagar, e, consequentemente, tanto o investimento quanto a respectiva parcela da dívida encontram-se valorizados a valor de mercado das ações. O saldo remanescente da dívida (líquido de investimentos das ações) é atualizado de acordo com a variação cambial. A dívida está garantida por Carta de Fiança.
- (iii) O contrato prevê cláusula de ajustes do pagamento das parcelas de acordo com a variação cambial do dólar estadunidense.
- (iv) Parcela sujeita a ajuste de preço. Está sendo corrigida pelo CDI desde de 2011.
- (v) Atualização de acordo com IGPM.

As taxas utilizadas para cálculo do AVP encontram-se na Nota 32.

Os montantes a longo prazo em 2012 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2014	103.675
2015	28.512
2016	6.531
	138.718

24 Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Empréstimo Fomentar (i)		1.418		1.482
Programa de Recuperação Fiscal(Refis)(ii)	71.372	80.966	88.285	94.449
Parcelamento de tributos/contribuições	17.926	32.223	20.423	34.192
Passivo Circulante:	89.298	114.607	108.708	130.123
- Incluso em salários e encargos sociais (INSS)		481	575	531
- Incluso em impostos a recolher(Refis) (ii)	7.943	10.638	10.601	12.453
	7.943	11.119	11.176	12.984
Passivo Não Circulante	81.355	103.488	97.532	117.139

(i) Os empréstimos Fomentar e Produzir estão relacionados ao incentivo fiscal de ICMS, onde 70% a 73% do ICMS apurado mensalmente é financiado pelo Estado de Goiás, com prazo de pagamento de 20 anos, com juros de 2,4% ao ano, exigíveis mensalmente. Periodicamente o Estado realiza leilão dos créditos relativos ao Fomentar, com deságio médio de até 89%, onde a devedora tem também o direito de aquisição.

Benefícios Fiscais ICMS

A companhia goza de benefícios fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), sendo que nenhum dos mesmos foram objetos da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, o qual se manifestou negativamente acerca de 11 benefícios de diversos Estados em junho de 2011.

A companhia goza de benefícios fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS) relativa ao PRODEPE - PE, Fomentar e Produzir – GO. Parte substancial das operações beneficiadas pelo Fomentar foi migrada para o regime de que trata a Lei 17.442/11(GO).

A Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução jurídica dessa questão, bem como a movimentação de todos os Governadores e do Poder Legislativo quanto a celebração de atos que convalidem todos os benefícios fiscais já concedidos, não visualizando, no momento, futuros impactos desfavoráveis em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

Abrangência dos débitos parcelados (consolidados):

	Principal	Encargos	Multa	Juros	Saldo 31/12/2012
Saldo do REFIS consolidado	52.760	1.743	7.796	35.075	97.374
	52.760	1.743	7.796	35.075	97.374

25 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Total
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	1.982.202
Valor máximo de indenização	1.982.202
Vendaval / fumaça	525.000
Danos elétricos	108.000

26 Composição das contas de resultado

a) Despesas com vendas e marketing

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	(Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Salários encargos sociais e outros	(272.650)	(227.527)	(305.607)	(269.903)
Fretes e seguros sobre Vendas	(126.205)	(108.627)	(133.235)	(123.564)
Gastos com propaganda e publicidade	(282.101)	(254.366)	(280.825)	(257.257)
Acordos, verbas e outros	(194.371)	(137.692)	(194.332)	(159.229)
Promoções, brindes e amostras	(138.559)	(120.231)	(138.755)	(125.838)
Visitação Médica (i)	(94.156)	(77.538)	(94.156)	(87.862)
Comissões sobre Vendas	(17.946)	(32.063)	(18.083)	(32.464)
Serviços prestados	(49.485)	(50.626)	(59.363)	(63.197)
Viagens e estadas	(17.457)	(21.899)	(18.115)	(24.181)
Locação de veículos	(16.809)	(11.532)	(16.858)	(12.978)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	(18.855)	(27.819)	(20.539)	(29.391)
Despesas com depreciações e amortizações	(17.657)	(16.145)	(35.588)	(23.476)
Outras despesas comerciais	(64.560)	(57.122)	(76.846)	(73.708)
	(1.310.811)	(1.143.187)	(1.392.302)	(1.283.048)

⁽i) Substancialmente salários e encargos sociais.

b) Despesas administrativas e gerais

	Co	ontroladora_		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Salários encargos sociais e outros	(118.172)	(99.049)	(125.907)	(131.622)
Viagens e estadas	(4.573)	(4.664)	(5.153)	(5.129)
Aluguéis	(3.278)	(6.115)	(6.730)	(8.643)
Doações e contribuições	(1.721)	(604)	(4.108)	(649)
Serviços prestados	(52.296)	(59.688)	(58.537)	(75.371)
Despesas com depreciações e amortizações	(15.054)	(9.982)	(15.942)	(17.459)
Outras despesas administrativas	(12.786)	(17.423)	(18.472)	(20.983)
	(207.880)	(197.525)	(234.849)	(259.856)

c) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Con	ntroladora	Co	onsolidado
	2012	2011	2012	2011
Outras receitas (i)	352.955	101.516	338.228	112.650
Gastos com reestruturação operacional	(9.056)	(432)	(106.577)	(59.014)
Perdas com produtos e insumos	(153.261)	(31.034)	(190.177)	(71.268)
Perdas eventuais e outras (ii)	(49.422)	(6.413)	(52.331)	(22.519)
	141.216	63.637	(10.857)	(40.151)

⁽i) Em 2012, reversão de contingências (Nota 31 ((a) (iii)) (ii) Em 2012, perdas extraordinárias com clientes

d) Despesas financeiras

	ontroladora		Consolidado
2012	2011	2012	2011
(5.320)	(55.334)	(5.320)	(55.364)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	(5.320)	(55.334)	(5.320)	(55.364)
Financiamento Centro-Oeste – FCO Financiamento FINEP/FINIMP Financiamento BNDES FINAME – Financiamento de máquinas e equipamentos	(355) (1.435) (2.579) (1.128)	(919) (407) (4.718) (1.607)	(2.358) (1.639) (5.616) (1.692)	(2.214) (706) (7.271) (2.224)
	(5.497)	(7.651)	(11.305)	(12.415)
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira Juros sobre títulos a pagar Atualizações monetárias sobre contingências Refis Debêntures Juros e comissão sobre carta de fiança Despesas bancárias, descontos concedidos e outros Variação cambial de empréstimos, líquida Variação cambial aquisição de empresa Variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes Outros	(122.550) (28.951) (11.974) (7.442) (233.005) (7.715) (10.993) (123.469) (21.333) (3.553) 411	(79.807) (70.062) (11.787) (1.845) (287.716) (10.800) (25.310) (237.684) 6.222 (355) (3.626)	(122.550) (30.080) (12.028) (8.527) (233.005) (7.719) (12.445) (123.539) (21.333) (7.311) (3.259)	(79.807) (71.012) (28.448) (19.399) (287.716) (11.772) (27.203) (237.735) 6.222 (4.057) (2.869)
	(570.574)	(722.770)	(581.796)	(763.796)
Reversões de ajuste a valor presente	(31.121)	(46.420)	(31.632)	(44.935)
	(612.512)	(832.175)	(630.053)	(876.510)

e) Receitas financeiras

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Juros ativos Rendimentos de aplicações financeiras e outros	17.295 163.023	12.489 245.884	17.582 187.599	13.472 254.612
	180.318	258.373	205.181	268.084

27 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de ações.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.231.066 (em 31 dezembro de 2011 – R\$ 5.227.017), representado por 627.396.559 (em 31 de dezembro de 2011 - 626.784.912) ações ordinárias. Em 2012, o capital social foi aumentado em R\$ 4.049, com emissão de 611.647 ações, com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de Ações. Em abril de 2011, o capital social foi aumentado em R\$ 5.822, advindos dos recursos obtidos na emissão de 924.595 ações

Em janeiro de 2011, o capital social foi aumentado em R\$ 1.900.000, mediante a emissão de 78.013.947 ações ordinárias em decorrência das incorporações de ações Mantecorp.

(b) Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

(c) Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 da Companhia foi aprovado plano de opções de compra de ações ("Plano I") com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano I – Programa 2008 são:

- . Preco de exercício de R\$8,50
- Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes
- . 1.802.212 opções outorgadas

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano II") aos colaboradores da Companhia. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia" em percentual de diluição de ate 3% do capital social.

As principais características do Plano II – Programa 2008 são:

- . Preço de exercício de R\$ 5,36
- . Prazo de carência de 1 ano para até 10% das opções outorgadas, 2 anos para até 20%, 3 anos para até 40%, 4 anos para até 60%, 5 anos para até 80% e 6 anos para até 100%
- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- . 8.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II – Programa 2009 são:

- . Preço de exercício de R\$ 17,06
- . Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- . 2.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2010 são:

- . Preco de exercício de R\$ 20,21
- . Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- . 2.600.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano II – Programa 2011 são:

- . Preço de exercício de R\$ 19,26
- . Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- . Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- . 3.700.000 ações outorgadas.

Em AGE de 11 de novembro de 2011, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações ("Plano III") aos colaboradores da Companhia. com o objetivo de "atrair e reter executivos da Companhia" em percentual de diluição de ate 5% do capital social.

As principais características do Plano III - Programa 2011 são:

- . Preço de exercício de R\$ 8,60
- . Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- . 12.000.000 ações outorgadas.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de 4,61% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Plano	Programa	Carência	Preço Exercício	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto em 31/12/2012	Valor justo na data da outorga	Custo estimado (em milhares de Reais)
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106	107.398		793.708	0,14	120,6
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106	48.610		852.496	0,29	250,7
Plano II	2008	01/11/08	5,36	880.000	878.144		1.856	0,04	35,2
Plano II	2008	01/11/09	5,36	880.000	285.909		594.091	0,50	432,1
Plano II	2008	01/11/10	5,36	1.760.000	904.578	140.000	715.422	0,83	1.302,5
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000	552.859	260.000	947.141	1,10	1.585,1
Plano II	2008	01/11/12	5,36	1.760.000		260.000	1.500.000	1,35	1.917,0
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000		260.000	1.500.000	1,59	2.216,3
Plano II	2009	17/12/10	17,06	560.000	20.017	80.000	459.983	3,52	1.664,9
Plano II	2009	17/12/11	17,06	560.000		80.000	480.000	4,35	2.026,5
Plano II	2009	17/12/12	17,06	560.000		80.000	480.000	5,16	2.367,0
Plano II	2009	17/12/13	17,06	560.000		80.000	480.000	5,96	2.688,4
Plano II	2009	17/12/14	17,06	560.000		80.000	480.000	6,74	2.992,4
Plano II	2010	06/08/11	20,21	520.000		190.000	330.000	3,57	1.158,9
Plano II	2010	06/08/12	20,21	520.000		60.000	460.000	4,52	2.016,4
Plano II	2010	06/08/13	20,21	520.000		60.000	460.000	5,47	2.401,9
Plano II	2010	06/08/14	20,21	520.000		60.000	460.000	6,41	2.771,2
Plano II	2010	06/08/15	20,21	520.000		60.000	460.000	7,34	3.123,5
Plano II	2011	01/02/12	19,26	740.000		34.870	705.130	0,96	666,9
Plano II	2011	01/02/13	19,26	740.000		20.000	720.000	1,81	1.261,2
Plano II	2011	01/02/14	19,26	740.000		20.000	720.000	2,64	1.813,7
Plano II	2011	01/02/15	19,26	740.000		20.000	720.000	3,47	2.348,1
Plano II	2011	01/02/16	19,26	740.000		20.000	720.000	4,30	2.865,5
Plano III	2011	26/12/12	8,60	2.400.000		30.000	2.370.000	0,83	1.929,7
Plano III	2011	26/12/13	8,60	2.400.000		30.000	2.370.000	1,29	2.968,4
Plano III	2011	26/12/14	8,60	2.400.000		30.000	2.370.000	1,70	3.854,9
Plano III	2011	26/12/15	8,60	2.400.000		30.000	2.370.000	2,09	4.653,8
Plano III	2011	26/12/16	8,60	2.400.000		30.000	2.370.000	2,46	5.389,6

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total				31.702.212	2.797.515	2.014.870	26.889.827		58.822,4
Plano	Programa	Carência	Preço Exercício	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto em 31/12/2011	Valor justo na data da outorga	Custo estimado (em milhares de Reais)
Plano I	2008	01/06/11	8,50	901.106			901.106	0,14	120,6
Plano I	2008	01/06/12	8,50	901.106			901.106	0,29	250,7
Plano II Plano II Plano II Plano II	2008 2008 2008 2008	01/11/08 01/11/09 01/11/10 01/11/11	5,36 5,36 5,36 5,36	880.000 880.000 1.760.000 1.760.000	878.144 285.909 904.578	140.000 260.000	1.856 594.091 715.422 1.500.000	0,04 0,50 0,83 1,10	35,2 432,1 1.302,5 1.585,1
Plano II	2008	01/11/11	5,36	1.760.000		260.000	1,500.000	1,35	1.917,0
Plano II	2008	01/11/13	5,36	1.760.000		260.000	1,500.000	1,59	2.216,3
Plano II Plano II Plano II Plano II Plano II Plano II Plano II Plano II	2009 2009 2009 2009 2009 2010 2010 2010	17/12/10 17/12/11 17/12/12 17/12/13 17/12/14 06/08/11 06/08/12 06/08/13 06/08/14	17,06 17,06 17,06 17,06 17,06 20,21 20,21 20,21 20,21	560.000 560.000 560.000 560.000 560.000 520.000 520.000 520.000 520.000	20.017	10.000 10.000 10.000 10.000	539.983 560.000 560.000 560.000 560.000 510.000 510.000 510.000	3,52 4,35 5,16 5,96 6,74 3,57 4,52 5,47 6,41	1.942,4 2.364,3 2.761,5 3.136,4 3.491,1 1.791,1 2.235,6 2.663,0 3.072,4
Plano II	2010	06/08/15	20,21	520.000		10.000	510.000	7,34	3.463,0
Plano II Plano II Plano II Plano II Plano II	2011 2011 2011 2011 2011	01/02/12 01/02/13 01/02/14 01/02/15 01/02/16	19,26 19,26 19,26 19,26 19,26	740.000 740.000 740.000 740.000 740.000			740.000 740.000 740.000 740.000 740.000	1,67 2,50 3,33 4,16 5,00	1.199,3 1.770,8 2.323,0 2.857,8 3.374,0
Plano III Plano III	2011 2011	26/12/12 26/12/13	8,60 8,60	2.400.000 2.400.000			2.400.000	0,83	1.954,1 3.006,0
Plano III Plano III	2011	26/12/13	8,60 8,60	2.400.000			2.400.000 2.400.000	1,29 1,70	3.006,0 3.903,6
Plano III	2011	26/12/14	8,60	2.400.000			2.400.000	2,09	3.903,0 4.712,7
Plano III	2011	26/12/16	8,60	2.400.000			2.400.000	2,46	5.457,9
Total				31.702.212	2.088.648	970.000	28.643.564		65.339,5

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- . As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- . Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- . Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- . Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

(d) Ações em tesouraria

Em 2011 foram adquiridas 1.671.200 ações ao preço custo de R\$ 13,5947 por ação, totalizando R\$ 22.719. Em 2012 foram alienadas 97.220 ações no valor total de R\$ 986.

(e) Reserva legal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(f) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(g) Reserva de lucros a realizar

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

(h) Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

(i) Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

(j) Ajuste de avaliação patrimonial

Valor justo na combinação de negócios com troca de participação societária

Na aquisição da participação de 76,23% da Mantecorp, em janeiro de 2011, no valor de R\$1.900.000 foram emitidas 78.013.947 ações da Hypermarcas S/A no valor nominal de R\$ 24,35. O valor justo foi precificado em R\$ 21,09 totalizando R\$1.645.314, por conseguinte gerou um ajuste de valor justo no total de R\$ 254.686.

(k) Proposta de destinação do resultado

	2012
Lucro líquido do exercício	203.913
Constituição de reserva legal	(10.196)
Reversão de reserva de expansão	77.701
Reversão de reserva de retenção de lucros	33.699
Constituição da reserva de incentivos fiscais (i)	(203.005)
Dividendos adicionais propostos (ii)	102.112

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Este valor é limitado ao lucro do ano. Refere-se a incentivos fiscais dos exercícios 2011 e 2012 (item III do artigo 18 da Lei 11.941/2009).
- (ii) Está apresentado no Balanço dentro do Patrimônio Líquido

Não houve base para dividendos mínimos obrigatórios.

28 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Presidência.

A Presidência (CEO) efetua sua análise do negócio também sob a perspectiva de segmentos de negócios. Os segmentos definidos são: Farma e Consumo.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos e higiene & beleza.

As informações consolidadas por segmento de negócios, revisadas pela Presidência e correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são as seguintes:

Receita líquida das vendas
Custo dos produtos vendidos
Lucro bruto

2011		2012		
Consumo Total	Farma	Total	Consumo	Farma
1.684.203 3.324.630	1.640.427	3.873.683	1.797.692	2.075.991
(887.051) (1.320.566)	(433.515)	(1.464.570)	(940.671)	(523.899)
797.152 2.004.064	1.206.912	2.409.113	857.021	1.552.092
	1,000			

Os ativos consolidados por segmento de negócio são os seguintes:

	2012	2011
Farma Consumo	6.143.805	6.016.193
Consumo	3.675.671	3.512.063
Não alocados(*)	2.837.035	3.797.030
	12.656.511	13.325.286

 $^{(\}mbox{\ensuremath{^{*}}})$ Substancialmente caixa e equivalentes de caixa, tributos e outros.

29 Receita

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	·	Controladora	Consolidad		
	2012	2011	2012	2011	
Vendas brutas de produtos e serviços Devoluções Descontos (*) Impostos	4.641.946 (160.052) (93.157) (470.336)	3.704.302 (45.451) (164.877) (438.633)	4.632.643 (159.781) (93.136) (506.043)	4.155.731 (58.206) (254.704) (518.191)	
Receita líquida	3.918.401	3.055.341	3.873.683	3.324.630	

^(*) As verbas comerciais com relação direta aos faturamentos, originalmente registradas em despesas comerciais, foram reclassificadas para Receita líquida. (R\$ 20.054 - 2012 e R\$ 83.743 - 2011).

30 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	203.913	(54.651)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	625.634	620.817
Lucro/prejuízo básico por ação	0,3259	(0,0880)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture simples atrelada a um bônus de subscrição e opções de compra de ações. Pressupõe-se que o bônus de subscrição foi convertido em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações utilizou-se a quantidade total de opções outorgadas mas ainda não exercidas. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Lucro Lucro atribuível aos acionistas da sociedade Despesa financeira sobre a dívida atrelada a bônus de subscrição (líquida de imposto)	203.913 65.352	(54.651) 65.526
Subtotal	269.265	10.875
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	625.634	620.817
Ajustes de: Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	18.657	18.657
Opções de compra de ações (milhares) Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	26.890 671.181	28.644 668.118
Lucro diluído por ação	0,4012	0,0163

31 Contingências Passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

								Controladora
			31 de de:	zembro de 2012			31 de dezem	bro de 2011
	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Trabalhistas	4.631	8.005	10.709	14.083	3.794	6.779	26.687	29.672
Cíveis	358	1.002	20.445	21.089	256	849	19.676	20.269
Fiscais e Tributárias	19.026	20.983	171.375	173.332	16.423	14.274	446.205	444.056
Administrativas/outras	2	1.105	2.345	3.448		607	2.172	2.779
	24.017	31.095	204.874	211.952	20.473	22.509	494.740	496.776

								Consolidado
			31 de deze	embro de 2012			31 de de	ezembro de 2011
	Depósito Judicial	Prognóstic o de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingênci as Líquidas de Depósito Judicial	Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Trabalhistas	4.704	8.462	10.709	14.467	3.796	6.819	26.687	29.710
Cíveis	358	1.132	20.445	21.219	256	871	19.676	20.291
Fiscais e Tributárias Administrativas/	24.497	26.820	171.375	173.698	20.203	18.418	446.205	444.420
outras	2	1.233	2.345	3.576		709	2.172	2.881
	29.561	37.647	204.874	212.960	24.255	26.817	494.740	497.302

a) Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinações de negócios.

Quadro resumo das principais contingências:

Trabalhistas	/ Cíveis	Fiscais	/ Tributárias
--------------	----------	---------	---------------

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Provável	Possível	Provável	Possível	Total
Mabesa Mantecorp	1.588 7.184	47 24.680	59.648 10	11.238 100.479	72.521 132.353
_	8.772	24.727	59.658	111.717	204.874

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 — Combinação de Negócios (vide Nota 17) foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 204.874, sendo R\$ 10.709 referentes a processos trabalhistas, R\$ 20.445 referente a processos cíveis, R\$ 171.375 referente a processos tributários e R\$ 2.345 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São aproximadamente 57 processos, 20 decorreram da aquisição da Mabesa e 37 da Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 20.445.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou 2 multas, nos valores de R\$ 3.192 e R\$ 2.650, contra a Mantecorp, em razão de suposto aumento irregular dos preços dos medicamentos. Estamos discutindo nas esferas administrativa e judicial essas multas e, de acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O processo nº 2008.34.00.000496-0 discute a aplicação de multa pelo CADE, no valor de R\$ 6.993, contra a Mantecorp, em razão de suposta formação de cartel dos laboratórios farmacêuticos para prejudicar a comercialização de medicamentos genéricos, de acordo com a opinião dos nossos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

São aproximadamente 180 processos, 45 decorreram da aquisição da Mabesa e 68 da Mantecorp Logística e 67 Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 10.709.

A Companhia figura, ainda, no polo passivo de Reclamatórias Trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços da Mabesa (incorporada pela Companhia), nas quais os autores requerem o reconhecimento de vínculo empregatício e o consequente pagamento de verbas trabalhistas e respectivos reflexos. A perda possível de responsabilidade da Companhia estimada nestas Reclamatórias está avaliada em R\$ 93.

(iii) Tributário

São aproximadamente 315 processos, 135 decorreram da aquisição da Mabesa, 29 da Mantecorp Logística e 151 Mantecorp Indústria Química, onde os prognósticos de perda na combinação de negócios estão estimados em R\$ 171.375.

A Mabesa efetuou transferências para Depósito Fechado de produtos acabados, os quais posteriormente foram revendidos para os clientes. Devido a falhas procedimentais, a empresa não emitiu a nota fiscal de retorno de depósito das mercadorias depositadas para o estabelecimento depositário, autor das vendas. Diante da falta de tal documento fiscal, a SEFAZ/SP lavrou auto de infração considerando que a mercadoria foi vendida sem emissão de notas fiscais. A fase de execução fiscal judicial se iniciou em março de 2011 e o valor atualizado da dívida considerada provável é de R\$ 60.141.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Mantecorp foi questionada pela RFB acerca das compensações realizada com base em liminar concedida nos autos do MS 2000.51.01.004617-1 em que discutida a ilegitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da PIS/COFINS. O valor de perda possível atualizado soma R\$ 27.676 e o processo se encontra em fase administrativa, com o débito garantido por

O processo de glosa de créditos de ICMS, apurados pela SEFAZ/RJ na Mantecorp, relativos a entradas do medicamento Remicade na empresa, que tiveram saídas para órgãos públicos, isentas do imposto, entre dezembro de 2006 e agosto de 2008, sob o questionamento de falta de previsão legal, que somava R\$ 264.740 foi revisado pelas autoridades administrativas do Estado de Rio de Janeiro. Segundo avaliação dos assessores jurídicos, o processo foi materialmente cancelado, com ganho de causa para a Companhia, embora restassem, procedimentos administrativos para o encerramento definitivo do referido processo. Desta maneira, a Companhia reverteu o total da provisão, sendo R\$ 250.544 para o resultado operacional e R\$ 14.196 para o resultado financeiro.

(iv) Regulatório

Carta Fianca.

São aproximadamente 59 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 2.345.

b) Contingências possíveis - (Responsabilidade da Companhia e suas Controladas)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Trabalhistas	36.877	16.848	62.154	20.717
Cíveis	11.612	1.947	12.056	2.279
Fiscais e Tributárias	48.207	16.704	48.430	16.706
Administrativas/outras	1.938	1.677	2.279	1.942
	98.634	37.176	124.919	41.644

O valor da perda possível destes processos está estimado em R\$ 124.919, sendo R\$ 62.154 referentes a processos trabalhistas, R\$ 12.056 referente a processos cíveis, R\$ 48.430 referente a processos tributários e R\$ 2.279 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute o registro de marcas no INPI, não possuindo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Ministério Público do Estado do Mato Grosso ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para fins de que as indústrias de medicamentos passem a produzir medicamentos fracionados, com fundamento na Lei 5.348/05, a qual autoriza a venda de medicamentos fracionados em farmácias. A Companhia já apresentou contestação e, atualmente, aguarda-se a apresentação de contestação pelos outros réus. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obriga-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal (TRF) para obrigar os réus a fornecer medicamentos para a administração pública, sempre que solicitados, com preço máximo de venda ao governo e aplicação do coeficiente de adequação de preço (CAP), sob pena de ser aplicada multa diária de R\$ 50. A Companhia irá apresentar contestação e recorrer da decisão do TRF. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e/ou suas Controladas figuram em aproximadamente 1.300 processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou dos sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas pela Companhia, nos quais a perda possível está estimada em R\$ 62.154.

Nestes processos discutem-se horas extras, desconsideração do banco de horas, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas 103 decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 6.644 e 135 decorrem da aquisição de Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 19.161, nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A Brainfarma, subsidiária integral da Companhia, figura, como investigada em Inquérito Civil Público por meio do qual a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região verifica a possível existência irregularidades decorrentes do suposto excesso de jornada de trabalho dos colaboradores desta empresa. Trata-se de procedimento investigatório a respeito do qual não temos, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

(iii) Tributário

A Companhia possui um auto de infração lavrado pela SEFAZ/SC (planta Itajaí) onde se discute a apropriação de créditos do ICMS em operação de retorno de mercadoria depositada em armazém de terceiros e de estorno de débitos do ICMS efetuados na escrita fiscal, no valor atualizado de R\$ 9.529. A decisão ainda está pendente de análise na esfera administrativa.

c) Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-acionistas – possíveis e prováveis:

A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível, nos casos em que são de responsabilidade dos sócios vendedores. Na eventualidade de se materializar alguma perda de responsabilidade dos sócios vendedores, a Companhia possui mecanismos contratuais de ressarcimento. Substancialmente, existem montantes a serem pagos aos sócios vendedores, representados por parcelas vincendas, registradas em títulos a pagar, as quais podem ser retidas em eventuais perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$108.600 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos sócios vendedores:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	1.898	96	1.994
Bitufo	1.637	49	1.686
Ceil	41.617	2.753	44.370
Cosmed (Niasi) + Pom Pom	17.134	3.940	21.074
DM	16.941	4.606	21.547
Etti	456	610	1.066
Facilit	1.689	733	2.422
Farmasa	75.320	11.697	87.017
Inal	250	25	275
Luper	1.331	2.531	3.862
Mabesa	20.132	11.504	31.636
Mantecorp	109.267		109.267
Neo Química	10.866	8.670	19.536
Ny Looks	1.720	153	1.873
Sapeka	3.818	5.106	8.924
Sul Química	4.138	336	4.474
York	6.006	3.055	9.061
·	314.220	55.864	370.084

32 Ajustes a valor presente

Foram aplicados os ajustes a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-12/08 e CVM 564/08, para os seguintes principais passivos:

(a) Títulos a pagar de longo prazo (Nota 23) - Decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela variação cambial ou CDI, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial além das atualizações aplicáveis, utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição. As contrapartidas dos ajustes iniciais são contabilizadas como reducões dos custos dos ativos-ágios, sendo:

Empresas	Taxas	Saldo aju	ste a valor presente
	_	2012	2011
DM	7,25% a.a.		(5.655)
NY Looks	7,73% a.a.	(394)	(1.315)
Inal	5,00% a.a.	(3.969)	(7.310)
Pom Pom	2,00% a.a.	(2.642)	(4.923)
Luper	2,00% a.a.	(407)	(692)
Sapeka	2,00% a.a.	(929)	(1.326)
Facilit	2,00% a.a.	(654)	(1.091)
Niasi/Aprov	2,00% a.a.	(1.143)	(2.637)
ASR	2,00% a.a.	(38)	(111)
Sul Quimica	2,00% a.a.		(40)
Bitufo	2,00% a.a.	(972)	(1.502)
Marca Sabonete Pom Pom	2,00% a.a.		(141)
Mabesa	2,00% a.a.	(113)	(2.183)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Active 2,00% a.a. (62) (208)

- (b) Parcelamentos O cálculo do ajuste a valor presente foi efetuado por parcela, considerando a taxa de captação de empréstimo no período de contratação do financiamento (taxa 2%)
- (c) Empréstimo Fomentar A dívida de longo prazo, remunerado a juros anual de 2,4%, é descontado a valor presente utilizando estimativa de deságio nos leilões (89%). A contrapartida dos ajustes originais é contabilizada na rubrica ICMS sobre vendas/deduções de vendas, uma vez que o valor financiado refere-se a ICMS a pagar.

Composição do ajuste a valor presente

					2012
		Parcelamentos de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar	Total
a)	Constituição: despesas de ICMS		16.742		16.742
b)	Reversão do ajuste a valor presente – despesa financeira	(1.441)	(309)	(29.882)	(31.632)
					2011
,		Parcelamentos de impostos federais	Fomentar	Títulos a pagar	Total
c)	Constituição: despesas de ICMS		41.178		41.178
d)	Reversão do ajuste a valor presente – despesa financeira	1.746	(592)	(46.089)	(44.935)

33 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2012
Menos de um ano Mais de um ano e menos de cinco anos Mais de cinco anos	28.243 41.466 25.813
	95.522

Os contratos de aluguéis são renováveis ao seu término ou não tem data final prevista. O detalhamento dos mesmos segue no quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planta/CD	Locadores	Reajuste	Atualização em caso de atraso dos pagamentos	Garantia	Valor mensal do contrato	Data inicial do contrato	Data final do contrato	nº de meses	Total custo/desp esa 31/12/2012
Escritório - Goiânia -		IGPM/FGV -	Juros moratórios 1% ao mês e multa de				Indetermin		0,7,7
GO	TV Serra Dourada Ltda	anualmente	2%	Não tem previsão no contrato	30	28/02/10	ado	36	449
CD - Maceió - SC	RS Empreendimentos e Participações Ltda	INPC - anualmente	Variação INPC, juros de moratórios 1% a.m.	Não tem previsão no contrato	15	20/12/06	Indetermin ado	36	101
Escritório 9º andar -	Fundação Petrobras de	IPCA/IBGE -	variação IGPM/FGV , Juros moratórios	Não tem previsão no contrato	15	20/12/06	ado	30	131
São Paulo - SP	Seguridade Social - Petros	anualmente	1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	42	26/10/09	25/10/15	36	505
Escritório 5º andar -	Fundação Petrobras de	IPCA/IBGE -	Variação IGPM/FGV , Juros moratórios	e e	•			-	
São Paulo -SP	Seguridade Social - Petros	anualmente	1% a.m. e multa de 10%	Doze vezes o valor do aluguel	37	25/05/09	24/05/15	36	674
Escritório - São Paulo - SP	Solibem Participações Ltda	IGPM/FGV - anualmente	Variação IGPM/FGV , juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Seguro fiança no valor de R\$ 55.830,00 por 36 meses		04/05/00	00/04/45	26	604
Sr	Somem Participações Lida	anuaimente	1% a.m. e muita de 10%	Fiança bancária com prazo de doze	41	01/05/09	30/04/15	36	694
CD bloco 7 - Cajamar -	LP Administradora de Bens	IGPM/FGV -	Variação IGPM/FGV , juros moratórios	meses no valor equivalente a três o					
SP	Ltda	anualmente	1% a.m. e multa de 10%	aluguéis	263	15/05/09	15/05/15	36	4.378
CD bloco 6 - Cajamar -	LP Administradora de Bens	IGPM/FGV -	Variação IGPM/FGV , juros moratórios						
SP	Ltda	anualmente	1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	277	01/09/09	15/09/15	36	4.185
CD bloco 5 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda	IGPM/FGV - anualmente	Variação IGPM/FGV , juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	180	00/40/40	0=/40/40	26	242
Sr	MRV Serviços de	IGPM/FGV -	1% a.m. e muita de 10%	Não tem previsão no contrato	160	08/10/10	07/10/13	36	343
CD - Contagem - MG	engenharia Ltda	anualmente	Juros moratórios de 1% a.m. e multa 10%	Não tem previsão no contrato	32	23/01/07	22/01/13	36	405
	Alessandro de Souza	IGP-M/FGV -	Variação IGP-M/FGV, juros 1% a.m. e	F	Ü	0, - , -,	indetermina	0.	1-0
CD - Porto Alegre	Duarte	anualmente	multa de 10%	Não tem previsão no contrato	5	01/07/08	do	23	13
	Caixa de Previdência do								
Escritório - São Paulo -	Funcionários do Banco do	IGP-DI/FGV -	Variação IGP-DI/FGV, juros 1% a.m. e	Depósito de três vezes o valor do	.0	//			ć
SP	Brasil - PREVI Neo Marcas	anualmente.	multa de 10%	aluguel	48	15/02/10	14/02/13	36	604
	Ind.Farmacêutica e								
Fábrica - Juiz de Fora -	Alimentícia Com.e Particip.						indetermina		
MG	Ltda	Valor fixo	Juros moratórios 1% a.m. e multa de 2%	Não tem previsão no contrato	80	06/03/06	do	60	960
	M.A.R. Participações e	IGPM/FGV -	Variação IGPM/FGV, juros de 1% e						
Fábrica - Garulhos - SP	Representações Ltda	anualmente	multa de 2%	Não tem previsão no contrato	180	27/11/09	26/11/14	60	3.935
Fábrica - Taboão da Serra - SP	Merano participações Ltda	IPCA - anualmente	Juros moratórios 1% ao mês e multa de 2%	Não tem previsão no contrato	200	06/10/08	06/10/13	60	2.587
Scria - Sr	RS Morizono -	anuannente	270	ivao tem previsao no contrato	200	00/10/00	00/10/13	00	2.50/
	Empreendimentos e	IGPM/FGV -	Variação IGPM/FGV , Juros moratórios						
Fábrica - Barueri - SP	Participações Ltda	anualmente	1% a.m. e multa de 10%	Não tem previsão no contrato	380	01/06/07	30/11/11	48	3.450
	Eliver Empreendimentos	IGPM/FGV -	Variação IGPM/FGV , Juros moratórios						
Cosmed/Barueri	Imobiliários LTDA	anualmente IGPM/FGV -	1% a.m. e multa de 5% Juros moratórios 1% ao mês e multa de	Fiança bancária	68	10/08/10	09/08/15	60	845
Cosmed/Barueri	Fenam Participações e Administração Ltda	anualmente	Juros moratorios 1% ao mes e muita de 10%		13	21/02/11	29/12/12	12	162
Cosmed/ Darueri	VIA Minas	anuannente	10%		13	21/02/11	29/12/12	12	102
	Empreendimentos	IGPM/FGV -	Juros moratórios 1% ao mês e multa de						
CD Contagem - MG	Imobiliários Ltda	anualmente	10%	Não tem previsão no contrato	61	01/11/10	01/11/13	36	826
CD Bloco 2 - Extrema -	Extremo Sul Negócios	IGPM/FGV -	Juros moratórios 1% ao mês e multa de						
MG CD Bloco 4 - Extrema -	Imobiliários Ltda	anualmente	2% Juros moratórios 1% ao mês e multa de	Não tem previsão no contrato	24	02/08/10	01/08/13	36	502
MG	Extremo Sul Negócios Imobil	iários I tda	2%	Não tem previsão no contrato	24	01/10/10	01/10/13	36	583
Prédio Fabril -	Brainfarma Ind. Química e	IGPM/FGV -	Juros moratórios 1% ao mês e multa de	ruo tem previsao no conduto	-4	01/10/10	01/10/13	30	303
Brainfarma	Farmacêutica Ltda	anualmente	2%	Não tem previsão no contrato	250	01/05/11	30/04/14	36	2.271
Galpão I - Mantecorp		INCC-M/FGV	Multa de 10%, juros diários 0,25% e	_					
Logistica	Via Rio Logística Ltda	- mensalmente	correção monetária mensal pelo INCC-M	Não tem previsão no contrato	64	01/04/10	31/03/12	12	204
Galpões A, B, C, D, E, e F - Mantercorp		INCC-M/FGV	Multa de 10%, juros diários 0,25% e						
Logistica	Via Rio Logística Ltda	- mensalmente	correção monetária mensal pelo INCC-M	Não tem previsão no contrato	196	31/03/10	31/03/14	13	3.030
	Mantecorp Logistica,			provide no contidio	190	31, 03, 10	32/ 03/ 14	-3	5.050
Prédio Fabril –	Distribuíção e Comércio	IPCA/IBGE -							
Brainfarma	S.A.	anualmente	Não esta previsto no contrato	Não tem previsão no contrato	41	22/07/93	31/12/20	329	691
n	Lh7 Consultoria	IGPM/FGV -	No to	N7 - 1		-611	-6//		
Barueri	Representações Ltda	anualmente	Não esta previsto no contrato	Não tem previsão no contrato	2	16/10/12	16/10/13	6	25
Totais					2.553				32.452

Planta/CD	Locadores	Reajuste	Atualização em caso de atraso dos pagamentos	Garantia	Valor mensal do contrato	Data inicial do contrato	Data final do contrato	nº de meses	Total custo/desp esa 31/12/2011
Escritório - Goiânia - GO	TV Serra Dourada Ltda	IGPM/FGV anualmente	Juros moratórios 1% ao mês e multa de 2%	Não tem previsão no contrato Não tem	30	28/02/10	Indeterminado	36	490
CD - Maceió - SC	RS Empreendimentos e Participações Ltda	INPC - anualmente	Variação INPC, juros de moratórios 1% a.m. Variação IGPM/FGV ,	previsão no contrato Doze vezes o	15	20/12/06	Indeterminado	36	202
Escritório 9º andar - São Paulo - SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	IPCA/IBGE - anualmente	Juros moratórios 1% a.m. e multa de 10% Variação IGPM/FGV ,	valor do aluguel Doze vezes o	42	26/10/09	25/10/12	36	515
Escritório 5º andar - São Paulo -SP	Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	IPCA/IBGE - anualmente	Juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	valor do aluguel Seguro fiança	37	25/05/09	24/05/12	36	474
Escritório - São Paulo - SP	Solibem Participações Ltda	IGPM/FGV - anualmente	Variação IGPM/FGV , juros moratórios 1% a.m. e multa de 10%	no valor de R\$ 55.830,00 por 36 meses Fiança bancária com prazo de doze	41	01/05/09	30/04/12	36	526
CD bloco 7 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda	IGPM/FGV - anualmente	Variação IGPM/FGV , juros moratórios 1% a.m. e multa de 10% Variação IGPM/FGV ,	meses no valor equivalente a três o aluguéis Não tem	263	15/05/09	15/05/12	36	3.645
CD bloco 6 - Cajamar - SP	LP Administradora de Bens Ltda	IGPM/FGV - anualmente	juros moratórios 1% a.m. e multa de 10% Variação IGPM/FGV ,	previsão no contrato Não tem	277	01/09/09	15/09/12	36	3.404
CD bloco 5 - Cajamar - SP CD - Contagem - MG	LP Administradora de Bens Ltda MRV Serviços de engenharia	IGPM/FGV - anualmente IGPM/FGV -	juros moratórios 1% a.m. e multa de 10% Juros moratórios de 1%	previsão no contrato Não tem	180 32	08/10/10 23/01/07	07/10/13 22/01/13	36 36	2.614 412

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fibrica - Tabolo do Serva - SP Merano participações Izda Serva - SP	Planta/CD	Locadores	Reajuste	Atualização em caso de atraso dos pagamentos	Garantia	Valor mensal do contrato	Data inicial do contrato	Data final do contrato	nº de meses	Total custo/desp esa 31/12/2011
Part		Ltda	anualmente	a.m. e multa 10%						
RP-M/RV				V-vi-vi- IOD M/POV		3	05/07/06	Indeterminado		21
Part Control	CD - Porto Alegre	Alessandro de Souza Duarte		juros 1% a.m. e multa de	previsão no	5	01/07/08	indeterminado	23	76
Part					D () 1		14/03/11	14/03/14		247
Patholics - Justice Fabrics - Justice Fa		Funcionários do Banco do		juros 1% a.m. e multa de	três vezes o valor do	48	15/02/10	14/02/13	36	623
Author Auth		Neo Marcas Ind.Farmacêutica e			Não tem	4-	-3/ -2/	-4/ -4/ -0	3-	
SP Patrick Cambridge C	- MG			a.m. e multa de 2% Variação IGPM/FGV ,	contrato Não tem	80	06/03/06	06/03/11	60	720
Patrice Camilhon Patrice Patrice Camilhon Patrice Patrice Patrice Camilhon Patrice Patrice Patrice Camilhon Patrice		Adriano Dias Araújo		e multa de 10%	contrato	50	01/12/09	30/11/14	60	536
Fibrica - Tabacio da Serie -				juros de 1% e multa de	previsão no contrato	180	27/11/09	26/11/14	60	2.395
				mês e multa de 2%	previsão no contrato	200	06/10/08	06/10/13	60	2.554
Family Administrandor Family Administrandor Family Education F	Fábrica - Barueri - SP	Empreendimentos e		Juros moratórios 1%	previsão no contrato	380	01/06/07	30/11/11	48	5.610
Sep					Encartucheira, "MARCHESIN I Mod. BA-400					
Cosmed/Barweri Impolitários LTDA Francisco Fra						331	18/12/06	17/12/21	180	3.218
Administraçio Lida Mains	Cosmed/Barueri	Imobiliários LTDA	anualmente	a.m. e multa de 5%		68	10/08/10	09/08/15	60	837
CD CD Bloco 2 - Extrema Extremo Sal Negócios IGPM/FGV Junos moratórios % ao malamente mês emulta de 2% Note me previsió no mes emulta de 1% Note me previsió no mes emulta de 2% Note me previsió no me	Cosmed/Barueri	Administração Ltda VIA Minas	anualmente	mês e multa de 10%		13	01/03/11	28/02/12	12	121
CD Bloo 2 - Extrema Extrema Sul Negócios IGFM/FGV - Mise multa de 2% Natural nombre multa de 2%	CD Contagem - MG				contrato	61	01/11/10	01/11/13	36	800
Mobiliários Lida Mobiliários	- MG	Imobiliários Ltda	anualmente	mês e multa de 2%	previsão no contrato Não tem	24	02/08/10	01/08/13	36	289
Brainfarma Farmacettica Lida anualmente més e multa de 2% Não tem previsão no Contrato 10 10 10 10 10 10 10 1					contrato	24	01/10/10	01/10/13	36	289
Exal Administração e EAA Administração e		Farmacêutica Ltda	anualmente		contrato Não tem	250	01/05/11	30/04/14	36	1.845
EAA Administração IGPM / FGV Juros moratórios 2% ao previsão no la previsão no la propendimentos S.A. Roseil Empreendimentos S.A. Roseil Empreendimentos S.A. anualmente mês e multa de 1% Não tem previsão no la	Escritório			Multa de 10%	contrato	3	01/06/11	30/05/11	36	3
Empreendimentos Sociais IGPM/FGV anualmente Multa de 10% contrato	Planta/York	Empreendimentos S.A. Roseli Empreendimentos		Juros moratórios 2% ao mês e multa de 1%	previsão no contrato	250	11/11/10	10/11/15	60	2.908
DPH - São Roque Gilberto Mazzali Juros moratórios 1% ao previsão no contrato 5 10/01/11 10/04/11 3 3	DPH - São Roque	Empreendimentos Sociais		Multa de 10%	previsão no contrato	37	01/10/08	30/09/11	36	443
Galpões A, B, C, D, E, e F - Mantercorp Logistica Via Rio Logística Ltda Milta de 10%, 1907 previsão no contrato Multa de 10%, 1907 previsão no contrato Não tem previsão no previsão no contrato Mão tem previsão no previsão no contrato Mão tem previsão no previsão no previsão no contrato 196 31/03/12 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 13 31/03/12 31/0	DPH - São Roque	Gilberto Mazzali		mês e multa de 2% Multa de 10%, juros	previsão no	5	10/01/11	10/04/11	3	19
Galpões A, B, C, D, E, e F - Mantercorp Logistica Via Rio Logistica Ltda Educatorit Empreendimentos e Participações Ltda e Prever Empreendimentos e Invalidation a contrato a contrato Invalidation a contrato a contrato a co		Via Rio Logística Ltda		monetária mensal pelo INCC-M	previsão no	64	01/04/10	31/03/12	12	840
Prédio - Mantecorp Indústria Prever Empreendimentos e IPCA/IBGE - previsão no Indústria Participações Ltda. anualmente Multa de 10% contrato 225 01/04/07 31/03/12 60 Conjuntos 309, 310, 311 e 313 - Jordane Administração e IPCA/IBGE - moneária mais juros de previsão no Manterorp Logística Participações Ltda. anualmente 1% contrato 1 01/06/04 Indeterminado Média de preços Participações Ltda. Melia Maria Bezerra mercado - previsão no Salas 401 e 402 - Melia Maria Bezerra mercado - moneária mais juros de previsão no Multa de 10% contrato 1 01/06/04 Indeterminado Multa de 10% contrato 1 01/06/04 Indeterminado Multa de 10% contrato 1 01/06/04 Indeterminado Multa de 10% contrato 1 01/01/97 Indeterminado Multa de 10% contrato 1 01/01/97 Indeterminado	e F - Mantercorp	Betancourt	INCC-M/FGV - mensalmente	diários 0,25% e correção monetária mensal pelo	previsão no	196	31/03/10	31/03/12	13	2.870
Conjuntos 309, 310, 311 e 313 - Jordane Administração e IPCA/IBGE - monetária mais juros de previsão no manterorp Logistica Participações Ltda. 402 - Amélia Maria Bezerra mercado - merca		Participações Ltda e Prever Empreendimentos e		Multa de 10%	previsão no	225	01/04/07	31/03/12	60	1.970
Média de preços praticada no Não tem Salas 401 e 402 - Amélia Maria Bezerra mercado - previsão no Mantecorp Logística Figueiredo Thé anualmente Multa de 10% contrato 1 01/01/97 Indeterminado Não tem	Conjuntos 309, 310, 311 e 313 -	Jordane Administração e	IPCA/IBGE -	Multa de 10%, correção monetária mais juros de	Não tem previsão no					
Salas 401 e 402 - Amélia Maria Bezerra mercado - previsão no Mantecorp Logística Figueiredo Thé anualmente Multa de 10% contrato 1 01/01/97 Indeterminado Não tem	Mantercorp Logística	Participações Ltda.	Média de preços	1%.		1	01/06/04	Indeterminado		4
			mercado -	Multa de 10%	previsão no contrato	1	01/01/97	Indeterminado		4
Brainfarma Distribuíção e Comércio S.A. anualmente contrato contrato 41 22/07/93 31/12/20 329	Prédio Fabril - Brainfarma	Mantecorp Logística, Distribuíção e Comércio S.A.	IPCA/IBGE - anualmente	Não esta previsto no contrato	previsão no		22/07/93	31/12/20	329	607 42.131

Transações com partes relacionadas **34**

Transações e saldos (a)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI e o prazo de vencimento é de um ano.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

- (i) O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM FGV e possui prazo indeterminado.
- (ii) O contrato de aluguel com a Neo Marcas Indústria Farmacêutica e Alimentos e Participações Ltda. não tem previsão de atualização monetária e o prazo de vencimento é indeterminado.

															31/12/2012
	_	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	Ag Prop	My - ência aganda tda.	TV Serra Dourada Ltda.	Neo Marc Ind. Farm Alim. e Participaç Ltda.	n.E • Ne	eolatina	Versoix Participaçõ Ltda.	es	IPH&C	Mantecorp IQ	Brain	ıfarma	Total
Saldos Realizável a cu prazo	urto	699		3								8			710
Clientes	_	699		3					-			8			710
Realizável a lo	ngo														
prazo Mútuos	_	1.413 1.413		4.299 4.299				39			3.223 3.223				8.974 8.974
Passivo circula	inte	(65.057)		4.233				39			(140)		(4	15.301)	(110.498)
Fornecedores	_	(65.057)							-		(140)			15.301)	(110.498)
Dividendos a p Exigível a long														(414)	(414)
Mútuos	_													(414)	(414)
Transações Vendas de	_	(1.162.651)		(1.800)							(28.649)		(51	9.490)	(1.712.590)
mercadorias/pr Compras de mercadorias/pr Despesas/rece	rodutos	(1.162.651)		(1.800)							(28.649)		(51	19.490)	(1.712.590)
Diversas Publicidade	_			(1.650)	(6.950) (6.501)		960)								(9.560)
Aluguéis				(1.000)	(449)	(960)								(1.409)
				Neo											31/12/2011
	Cosmed Indústria de Cosmétic os e Medicame ntos S.A.	My - Agência Propaga nda Ltda.	TV Serra Dourad a Ltda.	Marcas Ind. Farm. E Alim. e Particip ações Ltda.	Luper Industri a Farmace utica Ltda.	Facilit Odonto lógica e Perfum aria Ltda.	Igarapav a Particip ações S.A (control ador)	Neol atin a	IPH&C	Mab esa	Manteco IQ	rp Brainfai	ma	Activ e	Total
Saldos Realizável a curto															
prazo	259	4_							-		·		1		264
Clientes	259	4											1		264
Realizável a longo prazo	7.049	244		<u> </u>				30			<u> </u>	36	.095		43.418
Mútuos	7.049	244						30				31	5.095		43.418
Passivo circulante	2.458	(150)		<u> </u>							<u> </u>	(9.	827)		(7.519)
Fornecedores Dividendos a	2.458	(150)										(9	.827)		(7.519)
pagar							(18.001)								(18.001)
Exigível a longo prazo Mútuos					-				(431) (431)						(431) (431)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vendas de	(984.821)	(1.650)			(7.642)	(764)	 (36.918)		(757.217)	(248.782)	3_	(2.037.791)
mercadorias/pro duto Compras de mercadorias/pro	1.082										3	1.085
dutos	(985.903)	(1.650)			(7.642)	(764)	(36.918)		(757.217)	(248.782)		(2.038.876)
Despesas/receitas Diversas		(1.500)	(7.194)	(960)			 					(9.654)
Publicidade Aluguéis		(1.500)	(6.704) (490)	(960)								(8.204) (1.450)
Juros s/ Mútuo	1.263	2		1	49		 67	624	15	(1.269)		752
Despesas financeiras Receitas	(80)	(1)							(11)	(839)		(931)
financeiras	1.343	3		1	49		67	624	26	(430)		1.683

Foi adquirida em 2011 os ativos e passivos da empresa Active Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal e Cosméticos S.A. pela subsidiária Cosmed, sendo que um dos acionistas minoritários da Hypermarcas é detentor indireto de percentual do capital da empresa Active. (Nota 17).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	2012	2011
Salários e outros benefícios de curto prazo	50.004	49.174
Honorários da Diretoria	659	479
Pagamentos com base em ações	13.484	13.110
	64.147	62.763

35 Evento subsequente

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia alienou o estabelecimento fabril (fábrica dos medicamentos da Luper Indústria Farmacêutica Ltda) localizado na cidade de Bragança Paulista, incluindo as certificações e equipamentos à Avert Laboratórios Ltda. O valor contábil desses ativos alienados em 31 de dezembro de 2012 monta o valor de R\$ 15.249.

* * *